



FACULDADES INTEGRADAS DE TAGUAÍ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

VANIELE PROENÇA BENATTO

**A INTEGRAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA
E A RELEVÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO
DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

TAGUAÍ – SP
2023

VANIELE PROENÇA BENATTO

**A INTEGRAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA
E A RELEVÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO
DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de curso
apresentado no curso de Graduação em
Pedagogia nas Faculdades Integradas de
Taguaí sob a orientação do professor Me.
Eduardo Gasperoni de Oliveira.

VANIELE PROENÇA BENATTO

**A INTEGRAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA
E A RELEVÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO
DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
orientado pelo professor Me. Eduardo
Gasperoni de Oliveira, apresentado ao
curso de Graduação em Pedagogia das
Faculdades Integradas de Taguaí, como
requisito para obtenção do grau de
graduada em Pedagogia.

APROVADA EM: / /

BANCA EXAMINADORA

PROFESSOR ORIENTADOR ME. EDUARDO GASPERONI DE OLIVEIRA

PROFESSOR ME. JOSÉ DIENISON DE CHECHI

PROFESSOR ESP. LUIZ ALCIDES JOSÉ OLIVEIRA

Agradeço a Deus, pois sem ele eu não teria forças para essa longa jornada. Agradeço a meus professores que me incentivaram e nunca me deixaram desistir deste sonho e principalmente aos meus pais que desde o início estavam ao meu lado.

RESUMO

A família e a escola representam para a criança uma base para o seu desenvolvimento desde muito cedo, quando a partir do nascimento a família é quem a prepara para as interações sociais que, posteriormente, a escola irá desenvolver em uma escala maior. A justificativa para a interação entre a família e a escola tem seu fundamento exatamente na responsabilidade de formarem o caráter deste indivíduo e, para que não se coloque em risco a formação destes alunos, desde a Educação Infantil, é preciso que ambas desenvolvam uma parceria recíproca na troca de informações que auxiliem a construção de uma identidade da criança. Porém, tanto a família quanto a escola construíram barreiras entre si com o passar do anos, afastando uma da outra por dezenas de pequenos motivos que influenciaram na imagem atual de uma sistema independente que mantém a família afastada, justificando que a mesma não tem o interesse em fazer parte do processo educativo, já por outro lado a família sente-se desmotivada em tentar auxiliar um sistema que não ampara e permanece fechado para discussão de um ensino que, particularmente inclua a situação social de cada indivíduo, capaz de perceber o meio e a maneira pessoal do aluno e sua melhor forma de aquisição de conhecimento mais adequada. Dessa maneira, o objetivo geral deste artigo científico implica em analisar a importância da integração entre família e escola na Educação Infantil, visando o desenvolvimento pleno da criança; e se ampara nas seguintes especificidades: identificar as formas de participação da família na vida escolar da criança; verificar como a escola pode incentivar a participação dos pais no processo educacional da criança; avaliar o impacto da integração entre família e escola no desenvolvimento cognitivo, socioemocional e comportamental da criança; discutir os desafios enfrentados na integração entre família e escola na Educação Infantil e possíveis soluções para superá-los; refletir sobre a importância do diálogo e da parceria entre família e escola para o sucesso educacional da criança; e, propor ações e estratégias que promovam a integração entre família e escola na Educação Infantil. Através da pesquisa bibliográfica e de campo pretende-se responder ao seguinte problema: A falta de integração entre escola e família na Educação Infantil pode afetar negativamente o desenvolvimento cognitivo, socioemocional e cognitivo da criança? A hipótese é positiva e é na busca de respostas que foi realizada esta pesquisa acadêmica.

Palavras-chave: Integração. Família. Escola. Desenvolvimento da Criança. Educação Infantil.

***"Quando escola e família trabalham juntas,
a criança é quem mais ganha.
O vínculo entre essas duas instituições
é um elemento chave para o sucesso acadêmico
e social dos alunos."***

Denise de Oliveira Alves (2014, p. 75)

1 – INTRODUÇÃO

A Educação Infantil trata-se de uma fase crucial para o desenvolvimento das crianças, tanto do ponto de vista cognitivo, social quanto socioemocional. Nesse sentido, a integração entre a família e a escola se torna fundamental para garantir uma educação de qualidade e um desenvolvimento pleno das crianças.

A presença bem como a participação dos pais na vida escolar dos filhos é um fator determinante para o sucesso educacional das crianças. Além de contribuir para a formação de valores e hábitos importantes para a aprendizagem, a participação ativa da família na vida escolar das crianças reforça a importância da educação e a valorização do processo de ensino-aprendizagem (VIEIRA, 2022).

Por outro lado, a escola também desempenha um papel importante na formação das crianças, não apenas do ponto de vista acadêmico, mas também no que diz respeito à formação cognitiva, social e emocional. Assim, a instituição escolar pode oferecer às crianças um ambiente seguro e acolhedor, que favorece a construção de relações sociais e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais (VIEIRA, 2022).

Dessa forma, a integração entre a família e a escola na Educação Infantil se apresenta como uma estratégia fundamental para o sucesso educacional das crianças. Essa integração permite uma troca de informações entre a escola e a família, que pode contribuir para o desenvolvimento das crianças e para a melhoria da qualidade da educação. Além disso, a participação dos pais no processo educacional dos filhos pode contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares e para a formação do educando sob o viés holístico (PICANÇO, 2012).

Cabe à instituição escolar, desde a Infância, seguir os preceitos de uma Gestão Democrática, na qual a participação da comunidade, representada pela instituição familiar, é característica essencial desse tipo de gestão escolar.

Esse convívio deve ir além dos encontros para discussão de questões burocráticas, como: reclamações, boletins, reuniões de pais e mestres, etc.; a convivência sadia entre família e escola deve despertar na instituição familiar o sentimento de pertença à comunidade e ambiente escolar.

Família e escola caminham em coparceria rumo à formação da criança de maneira paralela, quando ambas seguem em um mesmo sentido, incentivando seu crescimento e desenvolvimento da criança em sua totalidade. Porém, há momentos

em que esse sentido se perde e existe, então, um atrito entre ambas que dividem o elemento essencial para sentidos opostos.

Logo, faz-se necessário que haja por parte da escola a busca e o incentivo por uma família participante na formação da criança, desde a Educação Infantil. Neste sentido, busca-se, assim, por meio de uma investigação teórico-bibliográfica, amparada também numa pesquisa de campo, demonstrar quanto à escola, representada pela figura docente, tem atuação imperiosa a fim de construir essa ponte entre os meios sociais da criança: escola e família, de um modo que cause interação para agregar conhecimento, sem que a família se sinta pressionada e se afaste ainda mais.

Por este ponto de vista, a colaboração entre escola e família deve ser imprescindível para interação entre a carga de aprendizado que a criança carrega e o novo panorama de informações que se descortinam dentro da sala de aula.

O objetivo geral deste artigo científico implica em analisar a importância da integração entre família e escola na Educação Infantil, visando o desenvolvimento pleno da criança.

E os objetivos específicos consistem em:

- Identificar as formas de participação da família na vida escolar da criança;
- Verificar como a escola pode incentivar a participação dos pais no processo educacional da criança;
- Avaliar o impacto da integração entre família e escola no desenvolvimento cognitivo, socioemocional e comportamental da criança;
- Refletir sobre a importância do diálogo e da parceria entre família e escola para o sucesso educacional da criança;
- Propor ações e estratégias que promovam a integração entre família e escola na Educação Infantil.

A relevância desses objetivos específicos se dá pelo fato de que a integração entre família e escola é um tema que exige uma reflexão aprofundada, uma vez que a falta de diálogo e de parceria pode gerar consequências negativas no desenvolvimento da criança. Ao alcançar esses objetivos, será possível compreender a importância da integração entre família e escola na Educação

Infantil, bem como propor soluções para superar os desafios que podem surgir nesse processo.

Haja vista que a falta de diálogo e de parceria entre família e escola, por sua vez, pode gerar consequências negativas no desenvolvimento da criança, como: a falta de interesse pela escola, o baixo rendimento acadêmico e o isolamento social, dentre outros fatores.

Deste modo, este estudo busca resposta ao seguinte problema: A falta de integração entre família e escola na Educação Infantil pode afetar negativamente o desenvolvimento cognitivo, socioemocional e comportamental da criança?

A hipótese é positiva, pois a integração entre família e escola na Educação Infantil é fundamental para o desenvolvimento pleno da criança. A participação dos pais no processo educacional pode contribuir para a formação de valores, hábitos e habilidades importantes para a aprendizagem. Além disso, a presença e a participação dos pais na vida escolar dos filhos reforçam a importância da educação e da valorização do processo de ensino-aprendizagem. Por outro lado, a escola pode oferecer às crianças um ambiente seguro e acolhedor, que favorece a construção de relações sociais e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

O estudo tem como justificativa que a parceria entre família e escola pode trazer inúmeros benefícios aos alunos, pois ao estabelecer maior diálogo com os pais e familiares, é possível um melhor acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, e até mesmo uma melhor percepção quanto às dificuldades encontradas por eles no decorrer do processo ensino-aprendizagem, inclusive na Educação Infantil.

A presente pesquisa parte de uma abordagem bibliográfica, a partir da coleta de informações em livros, artigos científicos e trabalhos de conclusão de curso, com o intuito de melhor entender a questão da integração entre família e escola e seus benefícios, demonstrando a relevância da postura do educador e da escola nesse processo, visando o desenvolvimento integral da criança.

Para tanto, também se apoia numa pesquisa de campo, analisando duas instituições escolares da Educação Infantil de um município localizado na região sudoeste do estado paulista colhendo informações de gestores, professores e de familiares acerca da integração entre família e escola neste segmento escolar.

2 – A INTEGRAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NA EDUCAÇÃO E A RELEVÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 – INTEGRAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Devido ao vínculo particular que é criado entre o aluno e o professor no envolvimento de uma sala de aula é normal que existam estudos sobre como o envolvimento familiar exerce influência no processo de desenvolvimento destes alunos, desde a Educação Infantil. Não são raras as ocasiões em que professores indicam em seus relatórios como diagnóstico de classe que parte das dificuldades que os alunos desenvolvem dentro do processo de aquisição de conhecimento derivam do ambiente familiar, indicando assim que tais problemas poderiam ser resolvidos através de um envolvimento maior dos pais dentro do processo educativos dos filhos (VIEIRA, 2022).

Faz-se necessário por esse entendimento que haja cada vez mais estudos sobre as relações de interação entre essas duas entidades, família e escola, e quais os melhores desenvolvimentos para se construírem laços entre elas. Reencontrar no professor um profissional formador de pessoas, capaz de compreender mais nos seus alunos do que os resultados que se apresentam nas folhas de provas. Um professor destinado a construir um ser humano, sabidamente reconhece que este pequeno ser está enraizado em um ambiente externo, de onde sai para o ambiente educacional em busca de uma maior compreensão do mundo.

A educação constitui uma das componentes fundamentais do processo de socialização de qualquer indivíduo, tendo em vista a integração plena no seu ambiente. A escola não deveria viver sem a família nem a família deveria viver sem a escola. Uma depende da outra, na tentativa de alcançar um maior objetivo, qualquer um que seja, porque um melhor futuro para os alunos é, automaticamente, para toda a sociedade (PICANÇO, 2012, p. 14).

A interação família e escola na Educação Básica é de suma importância à eficácia e à qualidade do ensino, pois ambas necessitam da união de seus esforços para ajudar as crianças, desde a Educação Infantil, no decorrer de seu desenvolvimento e de sua aprendizagem, possibilitando que possam avançar cada vez mais na busca e na construção de suas experiências, seus conhecimentos e seus saberes (PICANÇO, 2012).

Diante disso, deve haver a compreensão de que:

[...] a educação contribui para o desenvolvimento individual, pois é peça fundamental para a plena realização do ser humano, para a formação de opinião pessoal e para a melhora da qualidade de vida dos indivíduos, da coletividade do país. Sendo assim, posso supor que um país que conta com cidadãos bem qualificados para todos os serviços necessários para alcançar um alto grau de desenvolvimento, pois se desenvolve economicamente e se mantém democrático à medida que possibilita a qualificação de seus cidadãos (FANTINATO; MACEDO, 2020, p. 16).

Portanto, é preciso reconhecer a contribuição da família, inspiradora no cotidiano do aluno e toda disposição familiar, principalmente dos pais no âmbito social e íntimo dessa criança, estabelecendo assim um incentivo para que ela se sinta segura e capaz. Há a necessidade de se buscar cada vez mais informações externas ao ambiente de sala de aula, criando de certa forma uma espécie de relatório básico de onde se obtenha uma maior compreensão da origem desta criança, assim estabelecer qual a capacidade de auxílio da base familiar e de planejamento para atividades que proporcionem o envolvimento dos familiares (VIEIRA, 2022).

Em um contraponto, é necessário também que ocorra um acompanhamento externo a escolar como psicólogos e assistentes sociais para uma avaliação das necessidades e carências que, muitas vezes, existem sócio e economicamente com relação a essas famílias. Avaliação tal que diagnostique como o meio social externo interfere no meio social familiar e na participação dos pais no crescimento de seus filhos, quais possibilidades existem ou não de que haja uma interação e como proceder (VIEIRA, 2022).

Assim sendo, cuidar das famílias e de responsabilizá-las pelas expressões da questão social que as atravessam, é responsabilidade e dever do Estado e da própria sociedade civil, especialmente no sentido de exigir que esse cuidado se concretize. Isso é alicerce para a construção de uma sociedade melhor, com mais igualdade e equidade, com muito esforço e esmero é possível até mesmo o início de uma transformação social que possa resultar em outra maneira de a sociedade se constituir e viver sua vida, rompendo com o círculo do capital e toda a miséria e desesperança que este gera (VIEIRA, 2022, p. 28).

Embora a escola e a família serem as principais instâncias de desenvolvimento sócio-humano, poucas análises científicas vêm se dedicando na compreensão de modo sistemático a relação ocorrente entre elas. Se, por um lado, a importância da família e da escola como privilegiados contextos de

desenvolvimento humano está bastante consolidada em decorrência de pesquisas da psicologia do desenvolvimento e da psicologia da família e, por outro, os aspectos que constituem e intervêm na relação entre estas duas instâncias, sejam como “barreiras à colaboração ou contribuindo para a sua promoção, ainda não estão suficientemente estabelecidos”. Tais sistemas apresentam objetivos peculiares, porém “que se interpenetram, uma vez que compartilham a tarefa de preparar as crianças e os jovens para a inserção crítica, participativa e produtiva na sociedade” (OLIVEIRA: AURAÚJO, 2010, p. 201-207).

Faz-se necessário fortalecer o pensamento inclusivo já tão debatido e requisitado nos currículos e ampliá-lo com o intuito de demolir esses bloqueios estabelecidos em um passado que não existe mais, corroborando para a modernização da nova escola. É importante a compreensão de que a escola e a família precisam cunhar novas parcerias e não estabelecer competições entre ambas, na atenção do aluno. Gerir um processo educativo onde exista a cooperação de forma equilibrada, e que cada componente não seja culpabilizado pelos problemas, mas faça parte integralmente da solução deste (OLIVEIRA: AURAÚJO, 2010).

A necessidade de se construir uma relação entre escola e família, deve ser para planejar, estabelecer compromissos e acordos mínimos para que o educando/filho tenha uma educação com qualidade tanto em casa quanto na escola. Não existe uma única forma correta de envolver os pais. As escolas devem procurar oferecer um ‘menu’ variado que se adapte às características e necessidades de uma comunidade educativa cada vez mais heterogênea. A intensidade do contacto é importante e deve incluir reuniões gerais e o recurso à comunidade escrita, mas sobretudo os encontros a dois (PICANÇO, 2012, p. 26).

É importante ressaltar como esse novo paradigma da escola contemporânea tende a assumir dentro do processo de uma educação cognitiva na criança, também o seu bem-estar afetivo e psicológico, assim como seu envolvimento emocional passou a ser um ponto importante para o seu crescimento. Desse modo, a escola precisa buscar reconhecer esse aluno mais a fundo para ajustar suas ações e melhorar o seu processo de aprendizagem. Com a inserção da família, esse conhecimento passa a ser maior e mais amplo, havendo uma reconstrução nas relações socioafetivas em relação ao aluno e incentivando a sua presença dentro da ação escolar.

Neste sentido, o primeiro passo à integração família e escola saudável é essa

compreensão de que a educação é colaboradora no desenvolvimento do sujeito, o que leva a compreender que por tal motivo, necessita ser eficaz e de qualidade, buscando não apenas ensinar conteúdos, mas desenvolver o espírito crítico dos alunos, para que possam atuar de forma ativa no meio em que vivem, inclusive desde a Infância.

Em conformidade com Brasil (2009), a maior parte das experiências em que são identificadas, a integração entre família e escola não é refletida enquanto uma estratégia a fim de conhecer a situação familiar, visando à construção de diálogo em relação à educação escolar, mas sim enquanto um modo de intervenção no ambiente familiar, a fim de responder de modo mais efetivo às demandas da escola. Tal distinção pode até parecer sutil, todavia é bastante satisfatória. Para um melhor entendimento, cabe a reflexão acerca de posturas distintas diante de uma atividade que se encontra presente em todos os estabelecimentos de ensino, isto é, as reuniões de pais e mestres ocorridas no ambiente escolar.

De acordo com Fantinato e Macedo (2020), tanto a escola como a família esperam resultados uma da outra. Por um lado, a instituição familiar almeja que a escola possa dar conta de propiciar aos seus filhos um futuro melhor, principalmente em questão de desenvolvimento socioeconômico. Por outro lado, a instituição escolar tem a expectativa de que a família, de algum modo, possa acompanhar a escolarização das crianças, acompanhando e as auxiliando na realização das tarefas.

Todavia, a realidade é que ambas devem unir seus esforços, atuando articuladamente e de modo conjunto, traçando metas e objetivos a serem alcançados, colaborando as crianças em buscar e construir seus conhecimentos, na tentativa de sanar suas dúvidas e orientar para o melhor caminho (FANTINATO; MACEDO, 2020).

Todos os sujeitos passam a estar em contato com a estrutura do processo de ensino-aprendizagem, podendo então, contribuir beneficentemente à construção do mesmo, podendo ajudar em identificar a função de uma ou outra instituição. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), é dever da família colaborar com o processo de escolaridade do alunado, inclusive na Educação Infantil. A relevância de sua participação pode ser encontrada nessa legislação. Observe:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Consta na LDB (BRASIL, 1996) que a educação é uma tarefa que vai além dos muros escolares, sendo necessária a cooperação de outras instituições. E, nesse caso, a família é a mais próxima da criança e da escola, podendo construir assim, uma ponte. Se família e a escola têm, ambas, o objetivo de educar, devem, portanto, trabalhar em prol dos mesmos ideais educacionais, a fim de que juntas à superação das dificuldades que se fazem presentes tanto na vida dos educadores, quanto dos familiares e também dos educandos.

Oliveira (2018) discute a importância da participação da família na Educação Infantil e como essa participação pode influenciar no desenvolvimento da criança, ao apontar a necessidade de uma relação de parceria entre família e escola para garantir uma educação de qualidade e um desenvolvimento pleno da criança.

Oliveira (2018) defende que os pais e as famílias desempenham um papel crucial no desenvolvimento educacional dos seus filhos e que a sua participação pode ter um impacto significativo no seu sucesso escolar.

Fundamentando-se numa variedade de estudos de pesquisa para apoiar esse argumento, Oliveira (2018) destaca as formas pelas quais o envolvimento da família pode melhorar o desenvolvimento da linguagem infantil, habilidades cognitivas e desenvolvimento socioemocional. Além disso, observa que o envolvimento da família pode levar a uma maior satisfação dos pais com a educação de seus filhos e pode criar um ambiente escolar mais positivo e de apoio.

Na mesma linha de pensamento, Epstein (2011), um dos principais pesquisadores na área da integração entre família e escola, discute o envolvimento dos pais na escola como uma estratégia importante para a melhoria da qualidade da educação. Destaca a importância da participação dos pais em atividades escolares e na tomada de decisões relacionadas à educação, apontando a necessidade de políticas educacionais que incentivem e valorizem essa participação.

Para tanto, Oliveira (2018) ressalta a necessidade de escolas e de educadores envolverem ativamente as famílias na educação de seus filhos e oferece sugestões sobre como fazê-lo de maneira eficaz. Isso inclui estabelecer canais regulares de comunicação com as famílias, oferecer programas de educação e

apoio aos pais e envolver as famílias nos processos de tomada de decisão relacionados à educação de seus filhos.

Contribuindo, Epstein (2011) apresenta um modelo de parceria entre essas duas instituições e destaca a importância de uma colaboração ativa e consistente para o sucesso educacional da criança.

Já, Bronfenbrenner (1996) apresenta a teoria da ecologia do desenvolvimento humano, que destaca a importância dos diferentes contextos em que a criança está inserida para seu desenvolvimento. Aponta a necessidade de uma abordagem sistêmica que considere a interação entre família, escola e outros contextos sociais para compreender e promover o desenvolvimento da criança.

Bzuneck (2006) traz a discussão acerca da importância da integração entre escola e família na perspectiva de Jean Piaget, destacando que a cooperação entre essas duas instituições pode favorecer o desenvolvimento cognitivo da criança, especialmente no que se refere à construção do conhecimento social e moral.

Torna-se relevante uma visão multidimensional da participação dos pais na vida escolar dos filhos. A importância da motivação e do comprometimento dos pais para o sucesso educacional da criança, bem como a necessidade de uma relação colaborativa e respeitosa entre família e escola (GROLNICK; SLOWIACZEK, 1994).

A proposta reflexiva de Epstein (2011) fornece uma revisão abrangente da literatura sobre o envolvimento dos pais na educação e apresenta uma estrutura teórica para entender os diferentes níveis e tipos de envolvimento dos pais ao discutir as implicações desse quadro para as políticas e práticas educacionais.

Epstein (2011) argumenta que o envolvimento dos pais deve ser visto como um conceito multidimensional que inclui seis tipos de envolvimento: parentalidade, comunicação, voluntariado, aprendizagem em casa, tomada de decisão e colaboração com a comunidade. Além disso, enfatiza a importância de reconhecer os diferentes níveis de envolvimento, desde a participação básica até a governança compartilhada.

A estrutura de Epstein (2011) para o envolvimento dos pais baseia-se na ideia de que escolas e famílias devem trabalhar juntas como parceiras para apoiar o aprendizado e o desenvolvimento das crianças, pois os benefícios do envolvimento dos pais para alunos, famílias e escolas fornecem recomendações sobre como promover e apoiar o envolvimento dos pais na educação.

Para tanto, Epstein (2011) oferece uma perspectiva valiosa sobre o envolvimento dos pais na educação e fornece uma estrutura útil para entender e promover esse importante aspecto das experiências educacionais das crianças, destacando a necessidade de escolas e de educadores envolverem ativamente as famílias como parceiras na educação de seus filhos e oferecer sugestões práticas sobre como fazê-lo de forma eficaz.

Em sua reflexão, Grolnick e Slowiaczek (1994), apresentam um modelo teórico que destaca o papel das crenças e objetivos motivacionais dos pais em seu envolvimento na educação de seus filhos, a propor que o envolvimento dos pais pode ser entendido em três dimensões: envolvimento comportamental – por exemplo, participar de reuniões de pais e professores –, envolvimento cognitivo – por exemplo, ajudar nos deveres de casa – e envolvimento afetivo – por exemplo, expressar interesse nas atividades escolares dos filhos.

Nesse sentido, discutem os benefícios potenciais do envolvimento dos pais para o desempenho acadêmico e o desenvolvimento socioemocional das crianças e destaca a importância de considerar fatores culturais e contextuais para entender o envolvimento dos pais (GROLNICK; SLOWIACZEK, 1994).

Grolnick e Slowiaczek (1994), além de fornecerem uma contribuição valiosa para a literatura sobre o envolvimento dos pais na educação, destacam a importância de entender as motivações e os objetivos dos pais em seu envolvimento e a necessidade de escolas e educadores trabalharem em colaboração com as famílias para apoiar o sucesso das crianças.

Indo ao encontro, Henderlong e Lepper (2002) abordam a importância da motivação intrínseca na aprendizagem e destaca que a integração entre família e escola pode contribuir para o desenvolvimento dessa motivação. Nesse sentido, apresentam evidências de que o elogio e o reconhecimento dos pais podem favorecer a autoestima e a autoconfiança da criança, incentivando sua participação ativa e engajamento na escola.

Henderlong e Lepper (2002) fornecem uma revisão abrangente da pesquisa sobre os efeitos do elogio na motivação intrínseca das crianças ao argumentarem que, embora o elogio seja frequentemente usado como forma de motivar as crianças, os efeitos do elogio na motivação das crianças são complexos e podem variar dependendo do tipo e da frequência do elogio dado, sendo que os efeitos da

frequência do elogio e o elogio excessivo pode minar a motivação intrínseca das crianças, levando-as a se concentrar em recompensas extrínsecas, em vez do prazer intrínseco de uma atividade.

Henderlong e Lepper (2002) destacam a importância de usar o elogio de forma estratégica e cuidadosa para promover a motivação e a realização intrínsecas das crianças. Fornecem informações úteis para pais, educadores e outras pessoas que trabalham com crianças e enfatizam a necessidade de se concentrar em promover o prazer inerente das crianças em uma atividade, e não apenas em recompensas extrínsecas.

Já Rimm-Kaufman e Pianta (2000), indo ao encontro e colaborando para esta reflexão, apresentam uma perspectiva ecológica sobre a transição da criança da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, destacando a importância da integração entre família e escola nesse processo. Enfatizam a necessidade de uma colaboração ativa e participativa entre as duas instituições para garantir um ambiente de transição seguro e acolhedor para a criança.

A discussão de Rimm-Kaufman e Pianta (2000) visa fornecer um quadro teórico para guiar pesquisas empíricas sobre tal transição e a relação entre os contextos ecológicos da criança e os resultados de desenvolvimento. Nesse sentido, propõem uma abordagem ecológica para entender a transição para o Ensino Fundamental, examinando a interação entre o contexto individual da criança e os contextos mais amplos nos quais ela está inserida. Sugerem também uma estrutura teórica que inclui quatro níveis de contexto: o nível individual, o nível da família, o nível da escola e o nível da comunidade para discutir como cada nível de contexto pode influenciar essa transição e o desenvolvimento subsequente da criança.

Rimm-Kaufman e Pianta (2000) comprovam que, em relação às práticas práticas da abordagem ecológica propostas para tal, é importante considerar a variedade de fatores que podem influenciar e sugerem que os profissionais que trabalham com crianças devem considerar a influência dos diferentes níveis de contexto na adaptação da criança e em seu desenvolvimento futuro.

A seguir, serão tecidas considerações sobre os preceitos de uma gestão democrática que tem como essência a participação bem como a integração entre a família e a escola.

2.2 – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA GESTÃO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA: A FAMÍLIA E ESCOLA COMO PARCEIRAS E AS PRÁTICAS EM TORNO DESSA RELEVANTE INTEGRAÇÃO

A fim de que a família e a escola se tornem parceiras no êxito educacional das crianças na Educação Infantil, torna-se de grande relevância que a escola, por meio de seus gestores, desenvolva suas ações de forma descentralizada, partindo assim de uma atuação democrática e participativa.

Sob esse viés, de acordo com Brasil (2009), pode-se refletir que a gestão democrática é imprescindível no ambiente escolar, e, por isso, as escolas e as redes de ensino precisam ter uma atenção cuidadosa ao praticá-los, visto que sua legitimidade é imprescindível para uma gestão escolar qualidade e eficaz. Visto que, nos dias contemporâneos, é possível contar com programas de formação de conselhos municipais de educação, assim como com conselhos escolares e outros, os quais colaboram na qualificação desses processos em que as decisões precisam ser tomadas coletivamente.

De acordo Oliveira e Camargo (2021), é essencial que a família e a escola procurem seguir os mesmos princípios e critérios, assim como a mesma direção quanto aos objetivos que almejam atingir. Lembrando que mesmo tendo objetivos em comum, cada uma dessas instituições precisa fazer a sua parte para que consiga atingir o caminho desejado, que consiste em conduzir as crianças para um futuro melhor, propiciando a elas maior segurança em sua aprendizagem, para que se tornem cidadãos críticos e capazes de enfrentar as inúmeras situações que surgirem em seu cotidiano.

Ferreira (*apud* OLIVEIRA; CAMARGO, 2021) traz algumas definições sobre gestão que remete a gerir, gerenciar, administrar, tomada de decisão, organização e direção. Na educação, a Gestão trata-se da destinação à promoção humana; remete a assegurar a qualidade de uma mediação no seio da prática social, colaborando com a formação cidadã.

Neste sentido, “[...] a educação está comprometida com a sabedoria de viver junto, respeitando as diferenças”, com vistas a construir um mundo mais justo e humano para todos. Com isso, há uma fonte privilegiada de novos subsídios para novas tomadas de decisão para o estabelecimento de novas políticas no que tange à educação (FERREIRA *apud* OLIVEIRA; CAMARGO, 2021, p. 121).

A preocupação em propiciar uma gestão democrática na instituição escolar

surgiu com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), através do processo de descentralização da gestão da escola, e em seguida, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (BRASIL, 1996) que são fixadas as obrigações das escolas, sugerindo elaborar e executar a proposta pedagógica além de ampliar progressivamente a autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da escola (OLIVEIRA, CAMARGO, 2021).

A Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, em seu artigo 205, frisa a relevância da instituição escolar no seio da sociedade, destacando a importância de esforços sociais, pois a educação concerne ao direito de qualquer sujeito e se trata do dever do Estado e da família, sendo propiciada e estimulada com a colaboração da sociedade, objetivando alcançar o pleno desenvolvimento do sujeito, preparando ao efetivo exercício de cidadão e qualificando-o para o trabalho (BRASIL, 1988).

Conforme a Carta Magna, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998), em seu artigo 206:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI – Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII – Garantia de padrão de qualidade;

VIII – Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal [*negritos nossos*].

Libâneo (*apud* LOPES, 2023) destaca que a fim de uma instituição escolar venha adotar um princípio democrático, ela deve agir com participação e autonomia. Para tanto, seus objetivos devem estar bem definidos e não somente estar reduzido ao processo de conhecimento e aprendizagem. A escola necessita ter a habilidade de propiciar determinação e autonomia no processo de formação dos cidadãos, pois este se trata do alicerce a fim de que haja na gestão escolar a concepção democrática e participativa.

A gestão escolar tem a responsabilidade assegurar que a educação se faça com a melhor qualidade para todos, propiciando, desse modo, que a escola cumpra

sua função social e seu papel político institucional, ou seja, garantir a “exequibilidade” da formação propiciada – garantir a possibilidade, que seja realizada essa formação (FERREIRA *apud* OLIVEIRA; CAMARGO, 2021, p. 124).

Ao se partir do pressuposto que a gestão escolar, sob o viés democrático, consiste na criação de um ambiente participativo, é relevante trazer considerações a respeito do adjetivo “participativo” que acompanha de modo intrínseco o adjetivo “democrático”.

Em seu sentido pleno, a participação é caracterizada pela força de atuação consciente, em que os membros de uma unidade social saibam reconhecer e assumir seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade social, de sua cultura e de seus resultados, poder este resultante de sua competência e vontade da compreensão, da decisão e da ação no que tange às questões que lhe são realizadas (LÜCK *et al.*, 2011).

De acordo com Demo (1999), a participação se trata de um elemento imperioso à democratização escolar. A gestão democrática não acontece sem a participação. Ela se trata de um componente essencial ao processo de democratização escolar. Porém, tal participação é considerada utópica. De modo etimológico, utopia concerne a um processo que não se realiza, todavia se trata de um componente da realidade; logo, manifesta a necessidade “inacabável de superação histórica” (DEMO, 1999, p. 47).

A participação e a democracia são inseparáveis; são consideradas terminologias intrínsecas e uma definição remete a outra. Embora, às vezes, tal reciprocidade nem sempre acontece. Apesar de que a democracia seja impraticável sem participação, torna-se possível observar que ainda ocorre, infelizmente, a participação nas escolas “sem espírito democrático” (DEMO, 1999, p. 59).

A questão da participação é apontada e defendida em nossa legislação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), em seu artigo 3º inciso VIII, enfatiza o que já fora posto no texto constitucional em seu inciso VII, do artigo 206. Observe:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação, segundo os seguintes princípios:

- I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – Participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes; (BRASIL, 1996).

A gestão participativa é caracterizada pelo compartilhamento de autoridade, responsabilidades assumidas conjuntamente, canalização de iniciativas e talentos em todos os segmentos da organização escolar, mobilização e valorização da sinergia da equipe escolar, constante compartilhamento de informações e, consequente, comunicação ampla e aberta, disseminando informações, etc. (LÜCK *et al.*, 2011).

De acordo com Becker (2013), há três distintas modalidades de participação designadas como instituições colegiadas escolares. São elas: Grêmio Estudantil, Associação de Pais e Mestres e Conselho Escolar.

Após as considerações e as caracterizações da gestão democrática e participativa, será evidenciado, a seguir, acerca das duas instâncias colegiadas que tem a família como membro participativo na Educação Infantil.

2.3 – INSTÂNCIAS COLEGIADAS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: ÓRGÃOS QUE DEMONSTRAM A INTEGRAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA

O Colegiado da Escola ou Conselho Escolar é constituído por alunos, professores, funcionários, membros da comunidade, pais, enfim, todos representantes de toda a comunidade escolar, no sentido de deliberar, entre outras questões, em relação: à definição de objetivos a serem alcançados em consonância com as intenções definidas, pelo coletivo escolar, no Projeto Político-Pedagógico; definição de estratégias metodológicas condizentes aos objetivos propostos; indicação de critérios de seleção de conteúdos curriculares significativos, contextualizados e interdisciplinares; definição de temas de interesse da comunidade interna e externa em relação à escola e seleção de eixos temáticos significativos, e, também, sistema de avaliação e recuperação dos alunos (SANTOS, 2021).

De acordo com Santos (2021), a Associação de Pais e Mestres – A.P.M. – se trata de uma instância colegiada que se encontra vinculada à Unidade Executora Própria – Uex, sendo um órgão de natureza jurídica. Dessa forma, possui Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ próprio, contudo, sem fins lucrativos, tendo a responsabilidade de administrar e prestar recursos financeiros que sejam oriundos tanto de doações, como da contribuição de associados, bem como de convênios, promoções e principalmente de verbas públicas federais, que são provenientes do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE.

Criado no ano de 1995, atualmente é regido pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021, o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE disponibiliza orientações ao apoio financeiro e técnico, fiscalização e monitoramento na execução do Programa, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2022).

Possui caráter suplementar, o PDDE destina anualmente recursos financeiros repassados às entidades participantes, visando contribuir:

o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento; a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica; e o incentivo da autogestão escolar e do exercício da cidadania, com a participação da comunidade no controle social (BRASIL, 2022, s/ p.).

Os dados dos estudantes serão extraídos do Censo Escolar, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, levantados no ano anterior ao do repasse (BRASIL, 2022).

O FNDE repassa os recursos do PDDE Básico e das Ações Integradas às escolas beneficiadas, por intermédio das seguintes entidades:

Entidade Executora – EEx – prefeituras municipais e secretarias estaduais e distrital de educação que representam unidades escolares públicas com até 50 (cinquenta) estudantes matriculados; Unidade Executora – UEx – organização da sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída com a finalidade de representar uma unidade escolar pública ou um consórcio de unidades escolares públicas, integrada por membros da comunidade escolar e comumente denominadas de caixa escolar, conselho escolar, associação de pais e mestres, círculo de pais e mestres, dentre outras denominações; e Entidade Mantenedora – EM – organização da sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como beneficente de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, representativa das escolas privadas de educação especial (BRASIL, 2022, s/p.).

Ainda de acordo com Santos (2021), o presente colegiado – A.P.M. – é de caráter jurídico tendo como responsabilidade o uso dos recursos financeiros. Dessa forma, é importante que todos os integrantes da A.P.M. sejam registrados em cartório. Lembrando que a prestação de contas ocorre sempre no último dia útil do mês de janeiro do ano subsequente ao que ocorre o recebimento dos recursos. Frequentemente, a UEx de cada unidade escolar realiza a reunião de documentos comprobatórios (três orçamentos, notas fiscais, extratos bancários, dentre outros

documentos) e realizam a entrega às EEx (Entidades Executoras) as quais pertencem, ou seja, as escolas municipais fazem a entrega da documentação à prefeitura municipal e as escolas estaduais para as diretoriais e secretarias estaduais de ensino.

Contudo, é preciso entender que as funções da A.P.M. não se encontram limitadas somente aos recursos financeiros, atuando em outras questões ligadas à saúde e ao bem-estar, à cultura e as atividades extracurriculares, bem como à integração escola e família. Portanto, a finalidade da A.P.M. é tanto se ater ao financeiro da instituição escolar, como também aos demais assuntos que primem pela busca de maior aprimoramento em relação ao processo educacional.

3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

3.1 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Por meio da metodologia, simultaneamente, atende-se aos critérios de maior rapidez, menor custo, mais confiabilidade dados e maior eficácia, além de se responde à indagação: “**COMO PESQUISAR?**” (QUADROS, 2007, p. 33) *[destaques da autora]*.

Para melhor compreensão, os procedimentos metodológicos deste artigo científico foram definidos: em relação aos objetivos, quanto aos procedimentos e técnicas, através do método de abordagem e em relação ao método de procedimento.

Sobre os objetivos, a metodologia deste artigo científico abrange a pesquisa descritiva e a pesquisa exploratória.

Na visão de Gil (2002), a pesquisa descritiva descreve as características de fenômenos específicos ou populações, incluindo a descrição de um estudo do nível de atendimento de entidades, o processo numa organização, bem como levantamento de atitudes, opiniões e crenças na população. Nesse artigo científico, visa descrever a percepção de gestores, de professores e da comunidade escolar, por meio dos pais, acerca da integração entre a instituição familiar e a escolar.

Para Andrade (2004, p.19-20), tais fenômenos são estudados, porém não são manipulados pelo pesquisador. Dessa forma, o observador, proponente dessa pesquisa, não pôde dar considerações a respeito se a integração entre família e escola facilitará o desenvolvimento infantil da criança, nem relatar o intuito de suas observações que é evidenciar tal relevância. Haja vista que: “Os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles”.

Andrade (2004) trata que a pesquisa exploratória orienta maiores informações sobre a temática que se vai pesquisar, além de facilitar a delimitação do problema e nortear a fixação dos objetivos ou descobrir um novo tipo de enfoque ao assunto, ou seja, trouxe subsídios no sentido de comprovar se a integração entre família e escola torna-se relevante para o desenvolvimento da criança no segmento escolar da Educação Infantil.

Acerca das técnicas e dos procedimentos, este artigo pautou-se em uma pesquisa de bibliográfica e de campo.

Conforme Gil (2002), constituindo-se principalmente de livros e artigos científicos, a pesquisa bibliográfica desenvolve-se tendo como fundamento materiais já elaborados. Neste sentido, visando trazer subsídios amparou-se em muitos estudiosos, como: Brasil (1988, 1996 e 2009), Demo (1999), Fantinato e Macedo (2020), Lück *et al.* (2011); Oliveira e Araújo (2010), Oliveira (2018), Picanço (2012), Vieira (2022), dentre outros.

Andrade (2004, p. 21) aponta que “a pesquisa de campo objetiva a produção ou reprodução de fenômenos”, o que merece a atenção, pois exige critérios de escolha de amostragem, a forma pelo qual foram coletados os dados e os critérios analisados das informações obtidas.

Através da seleção dos sujeitos, se propôs a análise da abordagem do problema através da pesquisa qualitativa. É o instrumento “que, apesar dos riscos e dificuldades que impõe, revela-se sempre um empreendimento profundamente instigante, agradável e desafiador”, selecionando os sujeitos, no caso, os gestores, o corpo docente e a comunidade escolar de duas instituições da Educação Infantil localizadas num município no sudoeste paulista (DUARTE, 2002, p. 140).

Sobre o método de abordagem, partiu-se da dedução, isto é, o ponto de partida foi teorias e leis mais generalizadas para acontecimentos de fenômenos específicos (GIL, 2002).

Em relação ao método de procedimento, esta investigação foi monográfica e abordou uma pesquisa de campo.

Andrade (2004) discute que a investigação monográfica implica na observação de determinados indivíduos, condições, profissões, instituições, comunidades ou grupos, à obtenção de generalizações. Neste caso, esta proposta observou o segmento escolar da Educação Infantil, por meio de seus atores – pais, gestores e professores.

Conforme Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa de campo é aquela empregada à obtenção de informações e de conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, sendo ela de suma importância em um trabalho científico, pois tem um contato maior com a realidade do sujeito da pesquisa, como também de aproximar e conhecer de forma concreta do campo

pesquisado, ou seja, verificar se a integração entre a escola e a família será benéfica desde a Educação Infantil à criança.

Sobre as técnicas para coleta de dados, Quadros (2007) diz que sua principal forma refere-se à leitura, tanto de revistas, jornais, CDs, livros, etc., sendo empregada, certamente, a todos os tipos de pesquisa. Esta técnica também é denominada de pesquisa bibliográfica, foi constituída de dados secundários, ou seja, aqueles que já se encontram disponibilizados que já foram objeto de análise e estudo.

Mas, na construção deste trabalho científico empregou-se os dados primários, ou seja, aqueles ainda não sofreram estudo e análise, por meio, em específico do instrumento de coleta de dados, o questionário aberto.

De acordo com Quadros (2007), o universo de uma pesquisa concerne ao conjunto de fenômeno e todos os fatos que apresentam uma característica comum. Aqui, neste artigo científico, o universo é a Educação Infantil.

A população diz respeito ao conjunto de números obtidos, contando-se ou medindo-se certos atributos dos fenômenos e/ou fatos que constituem um universo. Nesta pesquisa científica, a população se trata de gestores, de professores e dos pais de duas instituições da Educação Infantil (QUADROS, 2007).

3.2 – COLETA DOS DADOS

A fim complementar esta pesquisa acadêmica, fez-se necessário a realização da pesquisa de campo. Assim, foi elaborado um questionário concernente à temática em questão no montante de nove questões abertas e discursivas que foi subdividido em duas partes: a primeira trouxe a contribuição da equipe gestora e docente e de pais de uma escola de Educação Infantil – denomina Unidade A; a segunda da realidade de outra unidade escolar com os mesmos sujeitos – denominada Unidade B.

3.2.1 – Unidade A

Segue abaixo, os sujeitos de 1 a 11 e suas especificações e em seguida a apresentação das respostas integrais do questionário aplicado: Sujeito nº 1 = Diretora; Sujeito nº 2 = Coordenadora; Sujeito nº 3 = Professora. Os demais sujeitos

são mães do segmento creche da Educação Infantil, sendo Sujeitos de nº 4 e 5 = Berçário 1 – 0 (zero) a 11 (onze) meses; Sujeitos de nº 6 e 7 = Berçário 2 – 1 (um) ano a 1 (um) ano e 11 (onze) meses; Sujeitos de nº 8 e 9 = Maternal 1 – 2 (dois) anos a 2 (dois) anos e 11 (onze) meses; Sujeitos de nº 10 e 11 = Maternal 2 – de 3 (três) anos a 3 (três) anos e 11 (onze) meses.

1 – Você acredita que é importante a integração família e escola? Sim? Não? Por quê?

Sujeito	Resposta
1	<i>“Sim, essa parceria tem que existir. Escola e família precisam caminhar juntas para que haja uma qualidade no desenvolvimento integral do aluno”.</i>
2	<i>“Sim, família e escola devem ter um bom relacionamento e interação, assim conseguimos ampliar ainda mais o pleno desenvolvimento e socialização das crianças”.</i>
3	<i>“Sim, essa interação é de suma importância para o melhor desenvolvimento, desempenho, socialização da pessoa. Na minha opinião, está relação é indissociável, a família e a escola juntas preparam o indivíduo para cidadania e o qualifica para o mercado de trabalho”.</i>
4	<i>“Sim, para ter um vínculo com a escola”.</i>
5	<i>“Sim, para ampliar os laços entre a família e a escola”.</i>
6	<i>“Sim, porque a educação vem dos pais, mas o complemento vem da educação na escola, é um complemento”.</i>
7	<i>“Sim, para ter a união dos pais com a escola”.</i>
8	<i>“Sim, para a criança ter mais segurança para ir à escola sabendo que seus pais estão acompanhando”.</i>
9	<i>“Sim, ajuda muito no desenvolvimento da criança”.</i>
10	<i>“Sim, para saber o que se passa na escola”.</i>
11	<i>“Sim, os pais e as crianças se sentem mais acolhidos pela escola com o acompanhamento”.</i>

2 – A sua escola tem Associação de Pais e Mestres – A.P.M.?

Sujeito	Resposta
1	<i>“Sim”.</i>
2	<i>“Sim”.</i>
3	<i>“Sim”.</i>
4	<i>“Sim”.</i>
5	<i>“Sim”.</i>
6	<i>“Sim”.</i>
7	<i>“Sim”.</i>
8	<i>“Sim”.</i>
9	<i>“Sim”.</i>
10	<i>“Sim”.</i>
11	<i>“Sim”.</i>

3 – Se tem, você acha importante essa instância colegiada? Por quê?

Sujeito	Resposta
1	<i>“Sim, para que os pais interajam conscientes no funcionamento da escola”.</i>
2	<i>“Sim, para que a família e comunidade tenham conhecimento e possam participar ativamente do funcionamento da escola”.</i>
3	<i>“Sim, sua importância é de auxiliar na participação da administração escolar juntamente com a comunidade”.</i>
4	<i>“Sim, para ficar por dentro do que está acontecendo”.</i>
5	<i>“Sim, para me manter informada”.</i>
6	<i>“Sim, é uma relação de mão dupla, onde tem a resposta da criança na escola e na casa, assim acompanhando seu desenvolvimento”.</i>
7	<i>“Sim, para ter informações de como está indo a criança”.</i>
8	<i>“É importante para você estar por dentro do desenvolvimento da criança no período escolar”.</i>
9	<i>“Sim, é importante para ter um acompanhamento”.</i>
10	<i>“Para acompanhar a criança e como ela está”.</i>
11	<i>“Sim, para saber mais informações da criança, como ela é na escola”.</i>

4 – Você participa da A.P.M. da sua escola? Caso a resposta seja positiva, qual cargo?

Sujeito	Resposta
1	<i>“Sim, diretora executiva”.</i>
2	<i>“No momento não”.</i>
3	<i>“Sim, sou suplente do conselho Fiscal”.</i>
4	<i>“Sim, como mãe”.</i>
5	<i>“Sim, cargo de mãe”.</i>
6	<i>“Sim, como mãe”.</i>
7	<i>“Sim, participo como mãe”.</i>
8	<i>“Sim, como mãe”.</i>
9	<i>“Sim, participo como mãe”.</i>
10	<i>“Apenas participo como mãe”.</i>
11	<i>“Não”.</i>

5 – A sua escola tem conselho de Escola?

Sujeito	Resposta
1	<i>“Não”.</i>
2	<i>“Não temos”.</i>
3	<i>“Não”.</i>
4	<i>“A maioria não”.</i>
5	<i>“Não tem por enquanto”.</i>
6	<i>“Não”.</i>
7	<i>“Não plenamente, pois ela deve ser reflexiva e aperfeiçoada”.</i>
8	<i>“Não, ainda não tem”.</i>
9	<i>“Não”.</i>
10	<i>“Não tem”.</i>
11	<i>“Ainda não”.</i>

6 – Você acha importante esse conselho? Por quê?

Sujeito	Resposta
1	<i>“Sim, para que os pais possam opinar diretamente em todos os procedimentos tomados pela escola”.</i>
2	<i>“Sim, é importante, porém não tomamos no momento [s.i.c.]¹”.</i>
3	<i>“Na minha escola não tem”</i>
4	<i>“Sim, para todos darem suas opiniões”.</i>
5	<i>“Sim, para ficar por dentro de tudo que está acontecendo na escola”.</i>
6	<i>“Sim, acho muito importante”.</i>
7	<i>“Sim. Para acompanhar como está a criança na escola”.</i>
8	<i>“Muito importante para o crescimento da escola”.</i>
9	<i>“Sim, é importante para o bem da escola, para saber opiniões”.</i>
10	<i>“Sim, para saber tudo da escola”.</i>
11	<i>“Sim, é muito importante o conselho de escola para nos manter informada sobre tudo que se passa na escola”.</i>

7 – Você participa desse conselho? Caso a resposta seja positiva, qual cargo?

Sujeito	Resposta
1	<i>“Não”.</i>
2	<i>“Não”.</i>
3	<i>“Não”.</i>
4	<i>“Não”.</i>
5	<i>“Não”.</i>
6	<i>“Não”.</i>
7	<i>“Não”.</i>
8	<i>“Não”.</i>
9	<i>“Não”.</i>
10	<i>“Não”.</i>
11	<i>“Não”.</i>

8 – A sua escola se mostra aberta a diálogos e opiniões?

Sujeito	Resposta
1	<i>“Sim”.</i>
2	<i>“Sim, temos um excelente relacionamento entre equipe e comunidade escolar”.</i>
3	<i>“Sim, temos um excelente relacionamento”.</i>
4	<i>“Sim, a escola sempre pede opiniões também”.</i>
5	<i>“Sim”.</i>
6	<i>“Sim”.</i>
7	<i>“Sim”.</i>
8	<i>“Sim”.</i>
9	<i>“Sim”.</i>
10	<i>“Sim”.</i>
11	<i>“Sim”.</i>

¹ S.I.C. = Segundo Informações Colhidas. O sujeito 2 equivocou-se e respondeu “Sim, é importante, porém não **tomamos** no momento” ao invés de “Sim, é importante, porém não **temos** no momento”.

9 – Você participar das tomadas de decisões relacionadas à escola? Caso a resposta seja positiva, de que forma?

Sujeito	Resposta
1	<i>“Dando democraticamente minha opinião e buscando ouvir e atender a opinião dos pais, alunos e equipe escolar”.</i>
2	<i>“Sim, sempre buscamos compartilhar ideias e opiniões para em conjunto com nossa equipe e comunidade escolar”.</i>
3	<i>“No que nos cabe, como professoras, sempre participamos das decisões que são tomadas, sempre visando o bom desenvolvimento e funcionamento da escola. Na nossa escola temos como todas as outras que nos reportar aos nossos superiores, mas sempre participamos”.</i>
4	<i>“Sim, em reuniões”.</i>
5	<i>“Não”.</i>
6	<i>“Sim, com opiniões construtivas”.</i>
7	<i>“Sim, ouvindo e dando opiniões”.</i>
8	<i>“Não”.</i>
9	<i>“Sim, somente em reuniões”.</i>
10	<i>“Sim, dando opiniões, ajudando em tomadas de decisões”.</i>
11	<i>“Sim, participando das reuniões”.</i>

3.2.2 – Unidade B

Segue abaixo, os sujeitos de 1 a 11 e suas especificações e em seguida a apresentação das respostas integrais do questionário aplicado: Sujeito nº 1 = Diretora; Sujeito nº 2 = Coordenadora; Sujeito nº 3 = Professora. Os demais sujeitos são mães do segmento creche da Educação Infantil, sendo Sujeitos de nº 4 e 5 = Berçário 1 – 0 (zero) a 11 (onze) meses; Sujeitos de nº 6 e 7 = Berçário 2 – 1 (um) ano a 1 (um) ano e 11 (onze) meses; Sujeitos de nº 8 e 9 = Maternal 1 – 2 (dois) anos a 2 (dois) anos e 11 (onze) meses; Sujeitos de nº 10 e 11 = Maternal 2 – de 3 (três) anos a 3 (três) anos e 11 (onze) meses.

1 – Você acredita que é importante a integração família e escola? Sim? Não? Por quê?

Sujeito	Resposta
1	<i>“Sim, muito importante, pois é com essa integração conseguimos uma educação de qualidade”.</i>
2	<i>“Sim, com certeza, visto que a escola é uma extensão da família. A escola deve acolher a família; escola e família devem ser parceiras na educação do aluno, porque esta é integral. Educar e ensinar são indissociáveis”.</i>
3	<i>“Sim, a participação da família faz toda a diferença, principalmente nos dias de hoje os pais passam muito tempo longe dos filhos, assim os pais conseguem estar atentos ao desenvolvimento das crianças”.</i>
4	<i>“Sim, é importante para o bem da criança e a escola ter o nosso acompanhamento”.</i>

5	<i>“Sim, pois é neta integração que há a comunicação necessária para manter uma boa relação dentre as duas partes, repassando informações sobre a criança, tanto familiar quanto escolar”.</i>
6	<i>“Sim, é muito importante para ter um bate papo sobre os alunos e o seu desenvolvimento”.</i>
7	<i>“Sim, para a escola e a família caminharem juntas para garantir o futuro de nossos filhos”.</i>
8	<i>“Sim, pois ficamos a maioria do tempo longe de nossos filhos e a escola está emsinando, cuidando e temos que sempre estar acompanhando” [S.I.C.]².</i>
9	<i>“Sim, é essencial ter essa união para o futuro de nossos filhos, saberão que os pais foram presentes em cada fase da infância”.</i>
10	<i>“Sim, por meio dessa união é possível iniciar uma troca harmônica e respeitosa que traz benefícios nas questões pedagógicas e sociais da criança em seu processo”.</i>
11	<i>“Sim, essa união é muito importante para o desenvolvimento das crianças”.</i>

2 – A sua escola tem Associação de Pais e Mestres – A.P.M.?

Sujeito	Resposta
1	<i>“Sim”.</i>
2	<i>“Sim”.</i>
3	<i>“Sim”.</i>
4	<i>“Sim”.</i>
5	<i>“Sim”.</i>
6	<i>“Sim”.</i>
7	<i>“Sim”.</i>
8	<i>“Sim”.</i>
9	<i>“Sim”.</i>
10	<i>“Sim”.</i>
11	<i>“Sim”.</i>

3 – Se tem, você acha importante essa instância colegiada? Por quê?

Sujeito	Resposta
1	<i>“Sim, pois tudo deve ser pensado e decidido coletivamente dentro do ambiente escolar”.</i>
2	<i>“A APM é um órgão colegiado que permite a participação da comunidade escolar nas decisões da instituição de ensino. Isso promove uma gestão democrática, prática importantíssima nos dias de hoje”.</i>
3	<i>“Com a A.P.M. os pais ficam sabendo como é o funcionamento da escola e ajudam nas tomadas de decisões”.</i>
4	<i>“É importante para sabermos tudo o que acontece na escola”.</i>

² S.I.C. = Segundo Informações Colhidas. O sujeito 8 equivocou-se e respondeu “Sim, pois ficamos a maioria do tempo longe de nossos filhos e a escola está **emsinando**, cuidando e temos que sempre estar acompanhando” ao invés de “Sim, pois ficamos a maioria do tempo longe de nossos filhos e a escola está **ensinando**, cuidando e temos que sempre estar acompanhando”.

5	<i>"A A.P.M. é muito importante para sabermos diretamente sobre o funcionamento da escola e suas regras, também ao ter contato com o professor temos a oportunidade de saber sobre comportamento e desenvolvimento da criança, podendo assim, intervir caso necessário".</i>
6	<i>"Acho muito importante para ter esse contato com a escola e a família".</i>
7	<i>"Com certeza é importante para estarmos cientes do que acontece na escola onde nossos filhos passam a maior parte do tempo".</i>
8	<i>"Essa instância é importante para diálogos e informações de nossos filhos".</i>
9	<i>"É importante para obtermos informações do cotidiano das crianças".</i>
10	<i>"É fundamental para fortalecer o entrosamento entre pais, responsáveis e professores. Ajudar a escola atingir os objetivos educacionais, representar e dar luz as demandas da comunidade, pais ou responsáveis de alunos na escola".</i>
11	<i>"Os responsáveis e a escola nessas reuniões sempre se entendem melhor do que conversas pessoais, com várias opiniões".</i>

4 – Você participa da A.P.M. da sua escola? Caso a resposta seja positiva, qual cargo?

Sujeito	Resposta
1	<i>"Sim, presidente executiva".</i>
2	<i>"Participo. Faço parte da diretoria executiva".</i>
3	<i>"Sim, como professora".</i>
4	<i>"Só das reuniões, cargo de mãe".</i>
5	<i>"Sim, como mãe".</i>
6	<i>"Sim, em reuniões e participo como mãe".</i>
7	<i>"Sim, como mãe".</i>
8	<i>"Não".</i>
9	<i>"Sim, como mãe".</i>
10	<i>"Sim, sou secretária".</i>
11	<i>"Não".</i>

5 – A sua escola tem Conselho de Escola?

Sujeito	Resposta
1	<i>"Não".</i>
2	<i>"A Educação Infantil não tem Conselho de escola. Mas é um órgão também importantíssimo para promover a gestão democrática".</i>
3	<i>"Não".</i>
4	<i>"A maioria não".</i>
5	<i>"Não, somente A.P.M. ".</i>
6	<i>"Não".</i>
7	<i>"Não".</i>
8	<i>"Não".</i>
9	<i>"Não".</i>
10	<i>"Não".</i>
11	<i>"Não".</i>

6 – Você acha importante esse conselho? Por quê?

Sujeito	Resposta
1	<i>“Sim, mas como a escola em que eu trabalho é de educação infantil temos só A.P.M”.</i>
2	<i>“É muito importante para todas as escolas”.</i>
3	<i>“Sim, pois o conselho decide o futuro das crianças”.</i>
4	<i>“Sim, é importante para todos”.</i>
5	<i>“Sim, pois somos capazes de nos inteirarmos nas necessidades da escola e tomar decisões”.</i>
6	<i>“Acho importante para tomadas de decisões que precisam da opinião dos responsáveis”.</i>
7	<i>“Sim, para termos consciência do que está entrando e saindo da escola”.</i>
8	<i>“Muito importante para o crescimento da escola”.</i>
9	<i>“É importante para diálogos”.</i>
10	<i>“Cabe ao conselho zelar pela manutenção da escola e monitores as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade de ensino”.</i>
11	<i>“Sim é importante para ficar ciente do que está acontecendo no ambiente escolar”.</i>

7 – Você participa desse conselho? Caso a resposta seja positiva, qual cargo?

Sujeito	Resposta
1	<i>“Não”.</i>
2	<i>“Não”.</i>
3	<i>“Não”.</i>
4	<i>“Não”.</i>
5	<i>“Sim, nas reuniões”.</i>
6	<i>“Não”.</i>
7	<i>“Não”.</i>
8	<i>“Não”.</i>
9	<i>“Não”.</i>
10	<i>“Não”.</i>
11	<i>“Não”.</i>

8 – A sua escola se mostra aberta a diálogos e opiniões?

Sujeito	Resposta
1	<i>“Sim, somos uma escola aberta a novas ideias”.</i>
2	<i>“Sim, a minha escola se mostra aberta a receber opiniões da comunidade escolar em que se insere”.</i>
3	<i>“Sim, toda opinião ou crítica construtivas são bem vindas”.</i>
4	<i>“Sim, ela aceita todo tipo de opinião”.</i>
5	<i>“Sim, totalmente aberta ao diálogo e opiniões”.</i>
6	<i>“Sim”.</i>
7	<i>“Sim”.</i>
8	<i>“Sim”.</i>
9	<i>“Sim”.</i>
10	<i>“Sim”.</i>
11	<i>“Sim”.</i>

**9 – Você participar das tomadas de decisões relacionadas à escola?
Caso a resposta seja positiva, de que forma?**

Sujeito	Resposta
1	<i>“Sim, pois sou a diretora, mas só temos decisões consultando a comunidade escolar”.</i>
2	<i>“Sim, participo das tomadas de decisões da escola, porque faço parte da equipe gestora, como coordenadora pedagógica. Sempre procuro escutar os professores, com suas dúvidas e angústias; também as opiniões dos familiares são levadas em consideração, bem como a fala dos demais funcionários. A gestão permite a escuta e quando possível, tenta atender a todos”.</i>
3	<i>“Não”.</i>
4	<i>“Não”.</i>
5	<i>“Sim, assinando Atas de pedidos, distribuições de verbas e compra de materiais necessários para a escola”.</i>
6	<i>“Não”.</i>
7	<i>“Não participo”.</i>
8	<i>“Participo quando sou comunicada”.</i>
9	<i>“Não”.</i>
10	<i>“Sim, escutando muito a família, com isso é possível compreender melhor as crianças, suas vivências, abrangendo suas potencialidades, gostos e suas dificuldades”.</i>
11	<i>“Somente em reuniões, quando sou convocada”.</i>

3.3 – ANÁLISE DOS DADOS

Ao todo foram vinte e dois colaboradores, sendo onze de cada uma das duas de Escolas Municipais de Educação Infantil, localizadas em um município localizado ao sudoeste do estado de São Paulo que responderam o questionário. É importante que a totalidade dos participantes é do segmento escolar Creche, ou seja, atendem crianças de 0 a 3 anos e 11 meses completos.

Em primeiro lugar, foi indagado acerca da crença se é importante a integração família e escola. A totalidade dos entrevistados discorreu que é relevante tal integração. A seguir apresentar-se-á o que os participantes de cada unidade escolar responderam e o porquê de ser relevante esta integração.

De acordo com relato dos colaboradores da unidade A, é relevante a integração entre a família e a escola, pois amplia “[...] os laços entre a família e a escola” [Sujeito 5 – Mãe B1]; sendo uma relação de coparceria entre elas, tratando-se de um “[...] complemento” entre ambas [Sujeito 6 – Mãe B2]. Outra questão apontada concerniu ao foco deste artigo científico, verificar que esta integração pode colaborar com o desenvolvimento global das crianças, pois de acordo com o *Sujeito*

2 – *Coordenadora*, a “[...] família e escola devem ter um bom relacionamento e interação, assim conseguimos ampliar ainda mais o pleno desenvolvimento e socialização das crianças”; na mesma linha de reflexão, conforme o *Sujeito 9 – Mãe M1*, “[...] ajuda muito no desenvolvimento da criança”

O *Sujeito 3 – Professora* contribuiu enfatizando que tal integração colabora com o desenvolvimento cidadão e preparo laboral, pois “[...] esta relação é indissociável, a família e a escola juntas preparam o indivíduo para cidadania e o qualifica para o mercado de trabalho”.

Indo ao encontro, Oliveira e Araújo (2010, p. 107) apontam que: “Escola e família são instituições diferentes e que apresentam objetivos distintos; todavia, compartilham a importante tarefa de preparar crianças e adolescentes para a inserção na sociedade, a qual deve ter uma característica crítica, participativa e produtiva”.

O relato dos colaboradores da unidade B caminhou na mesma direção, pois é relevante a integração entre a família e a escola, tendo em vista que elas “[...] devem ser parceiras na educação do aluno, porque esta é integral. Educar e ensinar são indissociáveis” [*Sujeito 2 – Coordenadora*]; “[...] por meio dessa união é possível iniciar uma troca harmônica e respeitosa que traz benefícios nas questões pedagógicas e sociais da criança em seu processo” [*Sujeito 10 – Mãe M2*].

Ambas as gestoras das unidades A e B apontaram que a integração entre a instituição escolar e a familiar colabora veementemente com a qualidade no ensino: De acordo com o *Sujeito 1 – Diretora* [Unidade A], “[...] essa parceria tem que existir. Escola e família precisam caminhar juntas para que haja uma qualidade no desenvolvimento integral do aluno”; para o *Sujeito 1 – Diretora* [Unidade B], “[...] é com essa integração conseguimos uma educação de qualidade”.

Para Valthier (2000), a família não substitui a escola e nem vice-versa. Ambas se conectam num regime colaborativo a fim de que os educandos possam receber uma educação integral. Na instituição escolar, os educandos recebem os conhecimentos sistematicamente, e, na família, um modelo de aplicação de tais conhecimentos a fim de viver na sociedade. Isso leva à compreensão de que a unidade escolar visa à instrução, mas a formação fica a cargo da família.

Fortalecer a conexão entre a escola e a família colabora no desencadeamento de condições mais favoráveis tanto à aprendizagem quanto ao

desenvolvimento das crianças, visto que se tratam de ambientes educacionais e socializadores (VALTHIER, 2000).

Em seguida, foi questionado se a unidade escolar possui Associação de Pais e Mestres – A.P.M. – e ambas as realidades em análise – A e B –, em totalidade, responderam que sim.

Em relação à relevância da A.P.M., enquanto instância colegiada, os participantes da unidade A responderam: “[...] Sim, para que os pais interajam conscientes no funcionamento da escola” [Sujeito 1 – Diretora]; “[...] para que a família e comunidade tenham conhecimento e possam participar ativamente do funcionamento da escola” [Sujeito 2 – Coordenadora]; “[...] sua importância é de auxiliar na participação da administração escolar juntamente com a comunidade” [Sujeito 3 – Professora].

Os demais sujeitos – *Sujeito 6 – Mãe B2; Sujeito 7 – Mãe B2; Sujeito 8 – Mãe M1; Sujeito 9 – Mãe M; Sujeito 10 – Mãe M2* – acham relevante para estarem acompanhando o andamento bem como o funcionamento da unidade escolar.

Em relação aos colaboradores da unidade B, grande parte – *Sujeito 4 – Mãe B1; Sujeito 5 – Mãe B1; Sujeito 6 – Mãe B2; Sujeito 7 – Mãe B2; Sujeito 8 – Mãe M1; Sujeito 9 – Mãe M1; Sujeito 11 – Mãe M2* – discorreu sobre a relevância de estar por dentro do funcionamento e andamento escolar.

Ambas as gestoras, inclusive a profissional docente, trouxeram apontamentos que revelam que a A.P.M. trata-se de um órgão colegiado que concretiza a gestão democrática. “[...] pois tudo deve ser pensado e decidido coletivamente dentro do ambiente escolar” [Sujeito 1 – Diretora]; “A APM é um órgão colegiado que permite a participação da comunidade escolar nas decisões da instituição de ensino. Isso promove uma gestão democrática, prática importantíssima nos dias de hoje” [Sujeito 2 – Coordenadora]; “Com a A.P.M os pais ficam sabendo como é o funcionamento da escola e ajudam nas tomadas de decisões” [Sujeito 3 – Professora].

Relevante também foi o apontamento do *Sujeito 10 – Mãe M2*: “É fundamental para fortalecer o entrosamento entre pais, responsáveis e professores. Ajudar a escola atingir os objetivos educacionais, representar e dar luz as demandas da comunidade, pais ou responsáveis de alunos na escola”.

Tais contribuições vão ao encontro das reflexões de Santos (2021) acerca dos objetivos que uma A.P.M. se propõe: colaborar no direcionamento da unidade

escolar visando o alcance das metas e objetivos educacionais; II – representar os anseios da comunidade e dos pais de alunos junto à unidade escolar; mobilizar os recursos financeiros, materiais e humanos, auxiliando a unidade escolar no que tange ao provimento de condições que possibilitem melhor o ensino, bem como desenvolver atividades de assistência nas áreas socioeconômica e de saúde.

Acerca da participação na A.P.M. da sua escola e se for positiva a resposta, qual cargo, de acordo com os dados coletados da Unidade A, apenas dois dos onze colaboradores responderam que não participam. Dois participantes nomearam suas atribuições, sendo: “[...] diretora executiva” (*Sujeito 1 – Diretora*) e “[...] suplente do conselho Fiscal” (*Sujeito 3 – Professora*). Os demais sete participantes participam como membros pais, mas não souberam dizer qual tipo de órgão diretor que são constituintes.

Em relação à Unidade B, apenas três dos onze colaboradores responderam que não participam. Três participantes nomearam suas atribuições, sendo: “[...] presidente executiva” (*Sujeito 1 – Diretora*); “Participo. Faço parte da diretoria executiva” (*Sujeito 2 – Coordenadora*) e “[...] secretaria” (*Sujeito 10 – Mãe M2*). Os demais cinco participantes participam como membros pais, mas não souberam dizer qual tipo de órgão diretor são constituintes.

De acordo com Santos (2021), a A.P.M. será administrada pelos seguintes órgãos: I – Assembleia Geral; II – Conselho Deliberativo; III – Diretoria Executiva; e IV – Conselho Fiscal (SANTOS, 2021).

A Assembleia Geral será constituída pela totalidade dos associados. Já o Conselho Deliberativo será constituído de, no mínimo, 11 (onze) membros, sendo o Diretor da Escola o seu presidente nato e os demais componentes, eleitos em Assembleia Geral, obedecendo a proporções estabelecidas: a)- 30% dos membros serão professores; b)- 40% dos membros serão pais de alunos; c)- 20% dos membros serão alunos maiores de 18 anos; d)- 10% dos membros serão associados admitidos (SANTOS, 2021).

A Diretoria Executiva da APM será composta de: I - Diretor Executivo; II - Vice-Diretor Executivo; III – Secretário; IV - Diretor Financeiro; V - Vice-Diretor Financeiro; VI - Diretor Cultural; VII - Diretor de Esportes; VIII - Diretor Social; IX - Diretor de Patrimônio (SANTOS, 2021).

O Conselho Fiscal é constituído de 3 (três) elementos, sendo 2 (dois) pais de alunos e 1(um) representante do quadro administrativo ou docente da Escola, sendo que todos os cargos terão membro titular e membro suplente (SANTOS, 2021).

Os colaboradores foram perguntados se a escola possui Conselho de Escola. A totalidade das duas unidades escolares – A e B – responderam que não. De acordo com os participantes da unidade A, “Não tem por enquanto” (*Sujeito 5 – Mãe B1*); “Não, ainda não tem” (*Sujeito 8 – Mãe M1*). Em relação à realidade escolar B, “Não, somente A.P.M.” (*Sujeito 5 – Mãe B1*).

Acerca da importância do Conselho Escolar, os colaboradores das unidades A e B, talvez, por não terem esse órgão colegiado na escola acabaram por desconhecer sua finalidade que é de, nas reflexões de Paro (2016), ser uma instância importante de participação da comunidade escolar, uma vez que permite a intervenção do diálogo entre a escola e a sociedade, garantindo a diversidade de opiniões e a pluralidade de interesses, além de possibilitar a discussão e o debate sobre os principais problemas e desafios enfrentados pela educação, pode auxiliar na tomada de decisões relacionadas à gestão escolar, como a definição de prioridades e elaboração de planos e projetos pedagógicos.

Diante do exposto, pode evidenciar que se ambas as unidades escolares A e B tivesse um Conselho de Escola, ele seria um instrumento fundamental para a promoção da gestão democrática e participativa da educação, permitindo a construção coletiva de soluções para os desafios enfrentados pela escola e assegurar melhoria da qualidade do ensino.

Como se pôde perceber as respostas foram muito evasivas da realidade A: “Sim, para todos darem suas opiniões” (*Sujeito 4 – Mãe B1*); “Muito importante para o crescimento da escola” (*Sujeito 5 – Mãe B1*).

Já outros sujeitos da realidade A, em seus relatos, contribuíram do mesmo modo: “Sim. Para acompanhar como está a criança na escola” (*Sujeito 7 – Mãe B2*); “Sim, para ficar por dentro de tudo que está acontecendo na escola” (*Sujeito 8 – Mãe M1*); “Sim, é muito importante o conselho de escola para nos manter informada sobre tudo que se passa na escola” (*Sujeito 11 – Mãe M2*).

Tais relatos, mesmo que indiretamente, estão relacionados a um dos pilares da autonomia da escola, uma das características de uma escola sob o viés da gestão democrática, que é a transparência, pois segundo Araújo (*apud* OLIVEIRA

2022), ela tende a ser uma forma bastante eficaz de demonstrar credibilidade, confiabilidade e lisura. Qualquer decisão ou ação ocorrida dentro do ambiente escolar deve ser do conhecimento de todos. Nesse sentido, qualquer acontecimento será do conhecimento da coletividade mediante a participação efetiva da comunidade escolar nas questões escolares suscitadas diariamente, dependendo, portanto, do envolvimento dos diferentes segmentos e da socialização das informações.

Em relação à realidade escolar B, foram notadas também respostas evasivas: “Sim, é importante para todos” [*Sujeito 4 – Mãe B1*]; “Sim, para termos consciência do que está entrando e saindo da escola” [*Sujeito 7 – Mãe B2*].

No relato do *Sujeito 3 – Professora*, pode-se notar uma confusão entre as terminologias Conselho de Escola e Conselho de Classe, pois a resposta se referiu a este último conselho, observe: “Sim, pois o conselho decide o futuro das crianças”.

Em contrapartida, houve respostas que se aproximam da finalidade e da relevância desse órgão colegiado. De acordo com o *Sujeito 5 – Mãe B1*, “[...] somos capazes de nos inteirmos nas necessidades da escola e tomar decisões”. Para o *Sujeito 8 – Mãe M1*, é “[...] importante para tomadas de decisões que precisam da opinião dos responsáveis”. A contribuição do *Sujeito 10 – Mãe M2* foi que “Cabe ao conselho zelar pela manutenção da escola e monitores as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade de ensino”.

Indo ao encontro, é possível trazer o esclarecimento de Paro (2016) acerca dos objetivos do Conselho Escolar que são: I. Democratizar as relações no âmbito da escola, visando à qualidade de ensino através de uma educação transformadora que prepare o indivíduo para o exercício da plena cidadania; II. Promover a articulação entre os segmentos da comunidade escolar e os setores da escola, a fim de garantir o cumprimento da sua função que é ensinar; III. Estabelecer, para o âmbito da escola, diretrizes e critérios gerais relativos à sua organização, funcionamento e articulação com a comunidade de forma compatível com as orientações da política educacional da Secretaria de Educação, participando e responsabilizando-se social e coletivamente, pela implementação de suas deliberações.

Acerca da participação no Conselho Escolar da sua escola e se for positiva a resposta, qual cargo, todos os colaboradores de ambas as unidades – A e B – responderam que não.

Em relação à constituição e à representação do Conselho Escolar, Paro (2016) recomenda ele deve ser constituído por membro nato, o diretor do estabelecimento, e por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar. Estes serão escolhidos entre seus pares, mediante processo eletivo, e, no ato da eleição – bienal –, para cada representante será eleito também um suplente, de acordo com o princípio da representatividade que abrange toda a comunidade escolar, é constituído pelos seguintes conselheiros:

- a) Um representante da supervisão de ensino ou da orientação escolar; b) Um representante de professor; c) Um representante do grupo ocupacional operacional; d) Dois representantes de pais ou responsáveis de alunos; e) Dois alunos regularmente matriculados maiores de 16 (dezesseis) anos. Parágrafo Único: Em não havendo alunos maiores de 16 (dezesseis) anos a representação de pais se estenderá para quatro membros (PARO, 2016, p. 231).

Em relação à indagação se a sua escola se mostra aberta a diálogos e opiniões, pode-se notar que a totalidade positiva nas respostas dos participantes de ambas as realidades escolares da pesquisa de campo.

De acordo com alguns relatos da Escola A, “Sim, temos um excelente relacionamento entre equipe e comunidade escolar” (*Sujeito 2 – Coordenadora*); “Sim, temos um excelente relacionamento” (*Sujeito 3 – Professora*); “Sim, a escola sempre pede opiniões também” (*Sujeito 4 – Mãe B1*).

Indo ao encontro, de acordo com alguns relatos da Escola B, “Sim, somos uma escola aberta a novas ideias” (*Sujeito 1 – Diretora*); “Sim, a minha escola se mostra aberta a receber opiniões da comunidade escolar em que se insere” (*Sujeito 2 – Coordenadora*); “Sim, toda opinião ou crítica construtivas são bem vindas” (*Sujeito 3 – Professora*); “Sim, ela aceita todo tipo de opinião” (*Sujeito 4 – Mãe B1*); “Sim, totalmente aberta ao diálogo e opiniões” (*Sujeito 5 – Mãe B1*).

Uma referência importante sobre a conversão da escola se mostrar aberta a diálogo e opiniões é o sociólogo francês Pierre Bourdieu. Em seu livro “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura”, Bourdieu (1989)

argumenta que a escola, muitas vezes, reproduz as desigualdades sociais existentes, ao privilegiar determinadas formas de conhecimento e cultura, que são valorizadas pela elite dominante.

Neste sentido, Bourdieu (1989, p. 43) afirma que:

a escola só pode ser um lugar de democratização real do acesso aos saberes socialmente valorizados e, portanto, um lugar de democratização real da cultura, se ela se tornar um lugar de diálogo entre as culturas, um lugar onde as culturas em confronto podem encontrar os meios para uma compreensão mútua.

Para Bourdieu (1989), a escola deve ser um espaço em que diferentes formas de conhecimento e cultura sejam valorizadas e respeitadas, para que todos os alunos possam se sentir incluídos e participantes do processo educativo. Isso implica em uma abertura ao diálogo e às diferentes opiniões, que permitiu a construção coletiva do conhecimento e a valorização das experiências e saberes dos alunos.

Portanto, pode-se constatar, por meio do referencial teórico que, a abertura ao diálogo e às diferentes opiniões é fundamental para a construção de uma escola mais democrática e inclusiva, que valorize a diversidade cultural e promova a segurança de oportunidades de aprendizagens, de conhecimento e de experiências para todos os alunos.

A defesa por uma escola que seja dialógica, ou seja, que promova a troca de ideias e conhecimentos entre professor e alunos, em um processo de construção coletiva do saber foi um dos pressupostos de luta e resistência de Paulo Freire (1970).

Para ele, a escola não deve ser um espaço de transmissão de conhecimentos prontos e acabados, mas sim um lugar em que todos possam aprender juntos, em um diálogo que valorize as experiências e saberes de cada um, pois "não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se registraram à condição de objeto, um do outro" (FREIRE, 1970, p. 34). Isso significa que o diálogo é fundamental para uma prática educacional emancipadora, que permite aos alunos se tornarem sujeitos ativos do processo educativo, em vez de meros receptores de conhecimento.

Portanto, Freire (1970) defende uma escola que seja dialógica e aberta ao diálogo, em que todos os envolvidos no processo educativo possam aprender juntos, em um processo de construção coletiva do conhecimento.

Em relação à participação nas tomadas de decisões relacionadas à escola, e caso positivo, qual a forma de tal participação, na Unidade A, apenas dois colaboradores responderam que não: *Sujeito 5 – Mãe B1* e *Sujeito 8 – Mãe M1*. Os demais 9 sujeitos responderam positivamente: A participação dos familiares se dá por meio da realização de reuniões de Pais e Mestres: *Sujeito 4 – Mãe B1*; *Sujeito 9 – Mãe M1*; *Sujeito 11 – Mãe M2*. Outras respostas trouxeram mais contribuições: “Sim, dando opiniões, ajudando em tomadas de decisões” (*Sujeito 10 – Mãe M2*); “Sim, ouvindo e dando opiniões” (*Sujeito 7 – Mãe B2*); “Sim, com opiniões construtivas” (*Sujeito 6 – Mãe B2*).

O corpo gestor da Unidade A também trouxe apontamentos importantes: “Dando democraticamente minha opinião e buscando ouvir e atender a opinião dos pais, alunos e equipe escolar” (*Sujeito 1 – Diretora*); “Sim, sempre buscamos compartilhar ideias e opiniões para em conjunto com nossa equipe e comunidade escolar” (*Sujeito 2 – Coordenadora*);

O *Sujeito 3 – Professora*, representante do corpo docente relatou que:

No que nos cabe, como professoras, sempre participamos das decisões que são tomadas, sempre visando o bom desenvolvimento e funcionamento da escola. Na nossa escola temos como todas as outras que nos reportar aos nossos superiores, mas sempre participamos.

Comparando tais relatos com as respostas dos colaboradores da Unidade B, é possível perceber que as respostas positivas quanto à participação são menores. Pois responderam que não, cinco participantes: *Sujeito 3 – Professora*; *Sujeito 4 – Mãe B1*; *Sujeito 6 – Mãe B2*; *Sujeito 7 – Mãe B2*; *Sujeito 9 – Mãe M1*; Outras somente mediante à convocação: *Sujeito 8 – Mãe M1* e *Sujeito 11 – Mãe M2*.

Todavia, as respostas positivas quanto à participação na Unidade B, segundo os familiares, são bastante satisfatórias: “Sim, escutando muito a família, com isso é possível compreender melhor as crianças, suas vivências, abrangendo suas potencialidades, gostos e suas dificuldades” (*Sujeito 10 – Mãe M2*); “Sim,

assinando Atas de pedidos, distribuições de verbas e compra de materiais necessários para a escola” (*Sujeito 5 – Mãe B1*).

De acordo com o referencial teórico, no contexto escolar, a participação pode acontecer de variadas formas. Por exemplo: “participação como presença, participação como expressão verbal e discussão, participação como representação política, participação como tomada de decisão e participação como engajamento” (BECKER, 2013, p. 84); sendo que cada uma dessas maneiras em torno da ação de participar há uma distinta e gradual intensidade quanto ao seu nível de interação.

Conforme a maioria das respostas, a participação da comunidade escolar, representada pela instituição familiar, se dá a grande maioria das vezes por presença, no caso, nas reuniões realizadas em ambas as unidades escolares. Com exceção de duas mães da Unidade B, que se enquadram quanto participação de expressão verbal e discussão bem como participação política, pois elas relataram que: “Sim, escutando muito a família, com isso é possível compreender melhor as crianças, suas vivências, abrangendo suas potencialidades, gostos e suas dificuldades” (*Sujeito 10 – Mãe M2*); “Sim, assinando Atas de pedidos, distribuições de verbas e compra de materiais necessários para a escola” (*Sujeito 5 – Mãe B1*).

Para reverter esta questão, para tanto, a participação requer, segundo Lück *et al.* (2011), a adoção bem como o desenvolvimento de um programa de ações por meio da atuação gestora. Dentre elas: 1 – Redigir um código de valores que represente o compromisso de toda equipe com a gestão participativa escolar; 2 – Construção do comprometimento pessoal de toda equipe; 3 – Promoção da capacitação em serviço tanto por parte docente quanto dos pais a fim de angariar o desenvolvimento das habilidades necessárias à atuação participativa; 4 – Circulação e propagação de informações do gestor para todos os membros da organização; 5 – Iniciar com alto envolvimento o processo de planejamento.

Indo ao encontro, as gestoras da Unidade B responderam que: “Sim, pois sou a diretora, mas só temos decisões consultando a comunidade escolar” (*Sujeito 1 – Diretora*).

Já o *Sujeito 2* – Coordenadora relatou que:

Sim, participo das tomadas de decisões da escola, porque faço parte da equipe gestora, como coordenadora pedagógica. Sempre procuro escutar os professores, com suas dúvidas e angústias; também as opiniões dos familiares são levadas em consideração, bem como a fala dos demais funcionários. A gestão permite a escuta e quando possível, tenta atender a todos.

Enfim, diante dos dados apresentados na pesquisa de campo e analisados por meio do referencial teórico, pode-se comprovar que a unidade escolar, por meio de seus profissionais, tem a missão de promover o desenvolvimento cognitivo, socioemocional e psicomotor das crianças, proporcionando um ambiente de aprendizagem seguro, acolhedor e estimulante. Já a família é responsável por oferecer um ambiente afetivo e de convivência, que possibilita a formação dos valores e princípios éticos e morais, além de auxiliar no desenvolvimento social e emocional das crianças.

Conforme o referencial teórico em análise, a integração entre a escola e a família pode ser alcançada por meio de diversas ações, como: reuniões periódicas, encontros com pais e familiares, eventos culturais, palestras e workshops, entre outros. Essas atividades permitem que a escola e a família estejam em sintonia, compartilhando informações e experiências, e felizes para um processo educativo mais completo e efetivo.

Além disso, a integração entre a escola e a família é importante para o fortalecimento do vínculo afetivo entre os familiares e a escola, o que pode resultar em um maior envolvimento dos pais na vida escolar de seus filhos. Isso pode contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico das crianças, bem como para o seu desenvolvimento socioemocional.

As respostas e as contribuições dos participantes das Unidades Escolas – A e B – revelam certa convergência justamente com aquilo que foi proposto pelos estudiosos da pesquisa bibliográfica, revelando que a integração da escola e da família é relevante para o desenvolvimento global da criança, pois promove um trabalho conjunto que visa o desenvolvimento integral e harmonioso da criança, levando em consideração as diversas dimensões do ser humano.

Embora seja notada a participação da família das duas realidades escolares pesquisadas – Escola A e B – a participação e a integração entre elas deveria ser

mais ativa. A participação familiar não pode se resumir apenas em reuniões periódicas. Mas a família deve ter a consciência de sua coparceria e de sua corresponsabilidade nas tomadas de decisões coletivas da unidade escolar que, em consequência, irá refletir no desenvolvimento global das crianças, desde a Educação Infantil.

Em conformidade com Brasil (2009), a participação da família no ambiente escolar é primordial, pois possibilita que a criança, na Educação Infantil, amplie suas experiências e vivências, potencializando todo seu desenvolvimento, o que se deve ao fato de que haja um maior acompanhamento dos pais em sua aprendizagem, o que, em consequência, irá favorecer esse pleno desenvolvimento, motivando e valorizando a criança, contribuindo em sua autoconfiança, sua autoimagem, aprimorando o seu processo de aprendizado.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção dessa pesquisa científica, por meio da fundamentação teórica e da pesquisa de campo, permitiu a reflexão acerca da *“A Integração entre Família e Escola e sua Relevância para o Desenvolvimento da Criança na Educação Infantil”*.

O assunto tem sido bastante discutido na contemporaneidade e buscar a compreensão do impacto da integração entre as instituições família e escola no desenvolvimento sob o viés holístico da criança no segmento escolar da Educação Infantil e entender o quão significativo é para o processo de ensino-aprendizagem bem como para o desenvolvimento global da criança tem sido as principais motivações para sustentar essa pesquisa.

O referencial teórico acrescido das contribuições dos pesquisadores na pesquisa de campo pode colaborar em se alcançar objetivo geral desse artigo que foi o de analisar a importância da integração entre família e escola na Educação Infantil, visando o desenvolvimento pleno da criança.

E foi amparado nas seguintes especificidades: identificar as formas de participação da família na vida escolar da criança; verificar como a escola pode incentivar a participação dos pais no processo educacional da criança; avaliar o impacto da integração entre família e escola no desenvolvimento cognitivo, socioemocional e comportamental da criança; refletir sobre a importância do diálogo e da parceria entre família e escola para o sucesso educacional da criança; e, por fim, propor ações e estratégias que promovam a integração entre família e escola na Educação Infantil.

Pretendeu-se apresentar informações teóricas, que respondessem ao problema voltado à reflexão e à compreensão acerca dos impactos que a integração entre família e escola no desenvolvimento infantil desde a infância e, sobretudo, apresentar a relevância da coparceria entre tais instituições, que pode ser evidenciada por meio da colaboração de educadores, gestores e familiares de duas instituições da Educação Infantil, através de um questionário discursivo e aberto. Ou seja, pretendeu-se buscar subsídios que respondessem a problematização apresentada na introdução:

A falta de integração entre família e escola na Educação Infantil pode afetar negativamente o desenvolvimento cognitivo, socioemocional e comportamental da criança?

A resposta é sim! Por tudo o que foi exposto, a integração entre família e escola na Educação Infantil é um tema de grande relevância para o pleno desenvolvimento da criança. Isso pode ser comprovado com base nos estudos e dos participantes da pesquisa de campo.

A participação dos pais no processo educacional contribui para a formação de valores, de hábitos e de habilidades importantes para a aprendizagem, enquanto a escola pode oferecer às crianças um ambiente seguro e acolhedor, que favorece a construção de relações sociais e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

A integração entre a família e a escola é extremamente relevante para o desenvolvimento da criança na Educação Infantil. Essa integração permite uma troca de informações entre pais e professores, o que pode resultar em um melhor acompanhamento do desenvolvimento da criança e na adoção de estratégias de ensino mais eficazes.

Quando os pais estão envolvidos na educação de seus filhos, eles tendem a se sentir mais seguros e confiantes em relação ao processo de aprendizagem. Além disso, os pais podem fornecer informações importantes sobre a personalidade e os interesses da criança, o que pode ser útil para o planejamento do currículo.

A falta de diálogo e de parceria entre a escola e a família pode gerar consequências negativas no desenvolvimento da criança, como: a falta de interesse pela escola, o baixo rendimento acadêmico, o isolamento social, etc. Por isso, é fundamental que a escola e a família trabalhem em conjunto para garantir uma educação de qualidade e um desenvolvimento pleno das crianças.

Nesse sentido, é importante que a escola incentive a participação dos pais na vida escolar dos filhos, oferecendo espaços para o diálogo e para a construção de parcerias. Além disso, é necessário que a família esteja engajada no processo educacional, acompanhando o desenvolvimento da criança e participando das atividades escolares.

Diante dos apontamentos teóricos, pode-se comprovar que a integração entre família e escola na Educação Infantil pode ter um impacto significativo no desenvolvimento cognitivo, socioemocional e comportamental da criança. A colaboração entre pais e educadores pode criar um ambiente de aprendizagem mais consistente e acolhedor para a criança, promovendo uma melhor compreensão de suas necessidades e interesses. Além disso, a colaboração pode ajudar a garantir que as expectativas e as estratégias educacionais sejam consistentes em ambos os ambientes, criando uma transição mais suave entre a casa e a escola. Em síntese, a integração bem-sucedida entre família e escola pode resultar em benefícios a longo prazo para a criança, haja vista que tal é uma peça fundamental no processo educacional e desenvolvimento da criança, afetando não apenas o aspecto cognitivo, mas também o socioemocional e comportamental. A colaboração entre essas duas esferas permite uma troca de informações e uma compreensão mais completa do contexto em que a criança está inserida, permitindo assim um melhor acompanhamento de seu desenvolvimento. Dessa forma, a avaliação desse impacto acerca dessa integração é de extrema importância para garantir que a criança esteja recebendo o suporte necessário em todas as áreas de sua vida.

Em suma, através do aporte teórico quanto da contribuição dos participantes na pesquisa de campo alcançou-se a pretensão em responder o problema elencado e aos objetivos propostos, levando a possibilidade de se refletir sobre que a Educação Infantil é uma fase crucial no desenvolvimento da criança, pois é nesse período que ocorre o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais, emocionais e motoras em que a participação ativa e envolvida da família na vida escolar da criança contribui para um desenvolvimento integral da criança, fortalecendo o vínculo entre a criança e seus cuidadores e seus educadores, além de promover a construção de uma base sólida para o aprendizado futuro.

Quando a família participa ativamente do processo educacional da criança, acompanhando seu progresso, participando de reuniões escolares, colaborando com as atividades propostas pela escola e estabelecendo uma comunicação aberta com os educadores, a criança se sente valorizada e apoiada em seu processo de aprendizagem. Isso fortalece sua autoestima, estimula sua curiosidade e interesse pelo conhecimento, e contribui para a formação de uma base sólida para o desenvolvimento de habilidades acadêmicas e sociais.

Diante de tudo o que foi exposto, cabe aos gestores, principalmente na Educação Infantil, proporem ações e estratégias a fim de colaborar com o processo de integração entre as instituições família e escola:

- ✓ Exercer, sob os ditames da gestão democrática escolar, a função gestora compartilhando responsabilidades com a equipe escolar e com a comunidade e tomando decisões coletivamente através da busca de objetivos comuns assumidos por todos, como dirigentes e dirigidos, todos avaliam o trabalho e são avaliados, havendo a participação ativa do todo;
- ✓ Estimular a participação da A.P.M. nas atividades educacionais, para maior aproximação entre Escola/Comunidade;
- ✓ Conscientizar pais e alunos da importância da educação na construção da sociedade;
- ✓ Buscar estratégias a fim de que a família sinta-se pertencente à comunidade escolar;
- ✓ Procurar condições de evidenciar as possibilidades de uma gestão democrática em prol de uma escola humanizadora;
- ✓ Estabelecer e estimular ações pedagógicas envolvendo as famílias;
- ✓ Elevar os índices de frequência e de participação dos pais, dos familiares e da comunidade nas reuniões, assembleias e quaisquer eventos da esfera escolar;
- ✓ Propiciar ações a fim de haja integração entre os variados segmentos que constituem a comunidade escolar;
- ✓ Assegurar a construção coletiva e democrática do Projeto Político Pedagógico;
- ✓ Pretender pautar suas ações na democratização, na gestão participativa, contando com a colaboração do corpo docente, discente e da comunidade escolar, inclusive no que tange em administrar os recursos financeiros, promovendo, portanto, a efetiva transparência na prestação de contas e na tomada de decisões;
- ✓ Articular a função social escolar aos anseios coletivos da comunidade;
- ✓ Engajar a comunidade no envolvimento no processo de gestão;

- ✓ Promover encontros bimestrais com os pais ou responsáveis através de reuniões de pais e mestres;
- ✓ Garantir junto à comunidade escolar a transparência e a democracia na tomada de decisões;
- ✓ Fazer com a comunidade e a família participem do cotidiano escolar e que esta participação aconteça em todo o processo dos projetos, ações e atividades e não apenas em sua culminância;
- ✓ Promover ações a fim de todos tenham sentimento de pertença da comunidade escolar e que todos são células relevantes de todo processo educativo;
- ✓ E, com isso, trazer as competências da comunidade para aplicação na unidade escolar;
- ✓ Estabelecer o fazer educativo em conjunto (família, escola e comunidade);
- ✓ Promover palestras e encontros com temas de interesse educativo, do campo da saúde e do campo social para comunidade e membros da equipe escolar;
- ✓ Melhorar o sentimento de pertença da família e da comunidade no espaço escolar;
- ✓ Orientar a família, buscando a melhoria da qualidade de vida da criança tanto em sua casa quanto na escola.

Pode-se constatar veementemente que todas essas ações estratégias serão fundamentais e colaborarão para concretização da integração entre a família e a escola e que esta seja vista como uma estratégia indispensável para garantir o sucesso educacional da criança, inclusive na Educação Infantil, e sua formação como cidadão consciente e comprometido com a sociedade.

Por fim, espera-se que a pesquisa científica traga contribuições às futuras investigações sobre a integração entre família e escola, pois ela permite o compartilhamento de informações relevantes sobre a criança, como suas características individuais, necessidades especiais, interesses e comportamentos, permitindo um planejamento pedagógico mais adequado e personalizado.

Para tanto, a parceria entre a família e a escola também pode contribuir para a identificação precoce de possíveis dificuldades de aprendizagem ou problemas comportamentais, sugestões de aceitação oportunas para o apoio à criança.

Além disso, a família é um ambiente de aprendizagem importante para a criança, e a colaboração com a escola possibilita a construção de uma ponte entre o contexto familiar e o contexto escolar, promovendo uma educação mais integrada e significativa.

Finda-se este artigo científico com a seguinte reflexão:

***"O envolvimento da família na educação é essencial
para o sucesso escolar e para a formação cidadã dos alunos.***

***É uma responsabilidade compartilhada,
que promove a união entre escola e família
na construção de um futuro melhor para as crianças."***

Maria Isabel da Cunha (2010, p. 113).

5 – REFERÊNCIAS

ALVES, D. O. A importância da relação escola-família no processo educativo. *In: Revista Acadêmica Online*, n. 1, v. 1, 2014, p. 72-78. Disponível em: > <https://revistaunibf.emnuvens.com.br/monumenta/article/view/142><. Acesso em 1 mar. 2023.

ANDRADE, M. M. de. **Como preparar trabalhos para cursos da pós-graduação: noções práticas**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BECKER, T. As dificuldades do processo de tomada de decisões na gestão escolar democrática. *In: Anais do Salão de Pesquisa das Faculdades EST*. São Leopoldo: EST, v. 12, 2013. p.017-027. Disponível em: > anais.est.edu.br/index.php/salao/article/download/197/156<. Acesso em 1 mar. 2023.

BOURDIEU, P. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. Petrópolis: Vozes, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada a 5 de outubro de 1988.

_____. **Interação escola-família: subsídios para práticas escolares**. Organizado por Jane Margareth Castro e Marilza Regattieri. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2022.

_____. **PDDE Interativo Manual**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Articulação e Apoio às Redes de Educação Básica. Coordenação Geral de Apoio à Gestão Escolar. Disponível em: ><http://sispddeinterativo.mec.gov.br/arquivo/pdf/manual-interativo-pdde.pdf><. Acesso em 23 set. 2022.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. São Paulo: Artes Médicas, 1996.

BZUNECK, J. A. A relação entre a escola e a família na perspectiva de Piaget. *In: Psicologia: Teoria e Pesquisa*, n. 22, v. 3, 2006, p. 277-285. Disponível em: > <https://www.scielo.br/j/ptp/i/2006.v22n3/><. Acesso em 17 fev. 2023.

CUNHA, M. I. Escola e família: uma parceria necessária. *In: Revista de Educação*, n. 15, v. 28, 2010, p. 107-120. Disponível em: > <https://www.scielo.br/j/rbedu/i/2010.v15n43/><. Acesso em 17 fev. 2023.

DEMO, P. **Participação é conquista**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *In: Cadernos de Pesquisa*. Pontífica Universidade Católica. Rio de Janeiro, n. 115, mar., 2002. Disponível em: >[HTTP://www.scielo.br/pdf/cp/n115/05n115.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/05n115.pdf)<. Acesso em 10 out. 2022.

EPSTEIN, J. L. O envolvimento dos pais na escola: uma abordagem de desenvolvimento e políticas educacionais. *In: Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, 2011, p. 333-354. Disponível em: ><https://www.scielo.br/j/rbedu/i/2011.v16n47/><. Acesso em 17 fev. 2023.

FANTINATO, F. G.; MACEDO, R. M. S. de. **A relação família-escola: um olhar sistêmico sobre a queixa escolar**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GROLNICK, W. S.; SLOWIACZEK, M. L. . *In: Child Development*, n. 65, v. 1, 1994, p. 237-252. Disponível em: > <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/8131650/><. Acesso em 17 fev. 2023.

HENDERLONG, J.; LEPPER, M. R. Os efeitos do elogio na motivação intrínseca das crianças: uma revisão e síntese. *In: Boletim Psicológico*, n.128, v. 5, 2002, p. 774-795. Disponível em: >https://www.reed.edu/psychology/motivation/assets/downloads/Henderlong_Lepper_2002.pdf<. Acesso em 17 fev. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

LOPES, T. R. W. **Os principais desafios do gestor democrático na atualidade**. Disponível em: ><http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/administracao/os-principais-desafios-gestor-democratico-na-atualidade.htm><. Acesso em 1 abr 2023.

LÜCK, H. *et.al.* **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, C. B. E.; ARAÚJO, C. M. M. **A relação família-escola: intersecções e desafios**. *In: Estud. psicol.*, n. 1, v. 27, mar., Campinas, 2010. Disponível em: ><https://www.scielo.br/j/estpsi/a/CM3Hj6VLtm7ZMxD33pRyhkn/><. Acesso em 17 fev. 2023.

OLIVEIRA, E. G. de.; CAMARGO, K. A. G. de. Gestão e comunidade: a tomada de decisão compartilhada na educação infantil. *In: OLIVEIRA, E. G. de (org.) Interfaces da gestão escolar*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.

OLIVEIRA, E. G. de. **A autonomia da escola**. Gestão escolar na educação infantil. Pedagogia, FIT. Taguaí, 2022.

OLIVEIRA, E. G. de. **O preparo da criança para o exercício do pensamento**: uma investigação sobre a proposta filosófica de Matthew Lipman para a educação infantil. 2013. 122 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Filosofia) – Centro de Ciências Humanas e Educação. UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2013.

OLIVEIRA, J. L. A importância da participação da família na educação infantil. *In: Revista de Educação, Cultura e Sociedade*, n. 32, v. 1, 2018, p. 101-115. Disponível em: > <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1751><. Acesso em 17 fev. 2023.

PARO, V. H. **Gestão democrática da educação**: novos desafios, novas práticas. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PICANÇO, A. L. B. **A Relação entre Escola e Família**: as suas implicações no processo de ensino-aprendizagem. 2012. 245 fl. Tese de Doutorado. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/2264>>. Acesso em 13 set. 2022.

QUADROS, M. B. de. **Do projeto de pesquisa ABNT NBR 15287 (2005) a versão final da monografia**. FAFIJA: Jacarezinho: 2007. [texto].

RIMM-KAUFMAN, S. E.; PIANTA, R. C. Uma perspectiva ecológica sobre a transição para o jardim da infância: uma estrutura teórica para orientar a pesquisa empírica. *In: Journal of Applied Developmental Psychology*, n. 21, v. 5, 2000, p. 491-511. Disponível em: > <https://psycnet.apa.org/record/2001-17647-002><. Acesso em 17 fev. 2023.

SANTOS, L. F. dos. Gestão democrática e participativa: perspectivas e reflexões. *In: OLIVEIRA, E. G. de (org.) Interfaces da gestão escolar*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.

VALTHIER, R. L. **A participação da família no processo ensino aprendizagem**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

VIEIRA, I. **A relação família e escola em tempos de pandemia covid-19 e os impactos no desenvolvimento integral da criança no espaço escolar**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/216296>>. Acesso em 13 set. 2022.

APÊNDICE

APÊNDICE I

CARTA-CONVITE PARA PESQUISA DE CAMPO

Esta pesquisa de campo diz respeito à parte prática do trabalho de conclusão de curso de Pedagogia das FIT, intitulado **A integração entre família e escola e sua relevância para o desenvolvimento da criança na Educação Infantil**, sob orientação do **Mestre Professor Eduardo Gasperoni de Oliveira**.

Encaminho a vossa senhoria no sentido de que suas contribuições irão colaborar grandemente com este T. C .C. . Esclareço que as respostas serão utilizadas unicamente para este fim e primará pelo caráter ético e sigiloso. O prazo para devolução será de **5 dias** a contar do recebimento deste.

Vaniele Proença Benatto
Proponente deste T.C.C.

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO

- 1- Você acredita que é importante a integração família e escola? Sim? Não? Por quê?
- 2- A sua escola tem Associação de Pais e Mestres – A.P.M.?
- 3- Se tem, você acha importante essa instância colegiada? Por quê?
- 4- Você participa da A.P.M. da sua escola? Caso a resposta seja positiva, qual cargo?
- 5- A sua escola tem Conselho de Escola?
- 6- Você acha importante esse conselho? Por quê?
- 7- Você participa desse conselho? Caso a resposta seja positiva, qual cargo?
- 8- A sua escola se mostra aberta a diálogos e opiniões?
- 9- Você participar das tomadas de decisões relacionadas à escola? Caso a resposta seja positiva, de que forma?